

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Parecer do Conselho Fiscal

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

Relatório da Administração 2025

A Administração da **INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial**, em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em atendimento integral às disposições das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Mensagem da Diretoria

Visão Estratégica: Período 2026-2030

1. Visão de Futuro e Retomada Operacional

Impulsionada por um ciclo de infraestrutura favorável, a Inepar ingressa em 2026 em uma nova etapa de reposicionamento e aceleração da atividade comercial. O foco estratégico reside em seu amplo acervo de engenharia e domínio tecnológico nos setores de energia (incluindo fontes renováveis), óleo e gás, metroferroviário e novas tecnologias. Com a recém-formada estrutura comercial, assessorada pelo Comitê de Novos Negócios, a Companhia vem dando passos decisivos na construção de uma robusta carteira de pedidos e na ampliação das atividades operacionais em sua unidade de Araraquara, bem como em projetos na modalidade EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), com atuação em mercados tradicionais e novas fronteiras tecnológicas.

2. Oportunidades e Expansão por Setor (2026-2030)

- **Óleo & Gás:** Expectativa de consolidação de uma carteira consistente para a execução de projetos de médio e grande porte nos próximos anos, aproveitando o incremento de propostas com elevados índices de assertividade.
 - **Foco Fabril:** Utilização da Unidade de Araraquara para o fornecimento de equipamentos pesados e componentes especializados.
 - **Modelos de Contratação:** Constituição de parcerias estratégicas para participação em licitações de vulto, tanto junto à Petrobras quanto a grandes *players* privados, atuando de forma individual ou em consórcios.
- **Geração de Energia:** Posicionamento estratégico voltado à modernização e ampliação da matriz energética nacional.
 - **Leilão de Reserva (LRCAP 26):** Tratativas avançadas para parcerias no Leilão de Reserva de Capacidade da ANEEL.
 - **Investimentos:** O setor prevê a instalação de 5.470 MW adicionais em hidrelétricas existentes, com investimentos estimados em R\$ 19,5 bilhões para os próximos cinco anos.
 - **Expertise e Projeção:** Consolidação da carteira técnica para capturar o aumento da demanda por projetos de modernização.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

- **Setor Metroferroviário: Reativação e Conteúdo Nacional**
 - **Reativação Industrial:** O parque fabril de Araraquara consolidar-se-á como o *hub* para atender à crescente demanda do segmento, favorecido pelas exigências de conteúdo nacional em financiamentos do BNDES.
 - **Parcerias Internacionais:** Atração de empresas estrangeiras para operação na unidade de Araraquara, fortalecendo a cadeia de suprimentos local.
 - **Manutenção e Suprimentos:** Revitalização de via permanente e fornecimento de truques e componentes para grandes operadoras (Vale, MRS, Rumo) e sistemas metropolitanos.
- **Tecnologia e Inovação**
 - **ZPE Araraquara:** Expectativa de aprovação do projeto de criação da Zona de Processamento de Exportação até o final do primeiro semestre de 2026, transformando o complexo industrial em um polo de atração de investimentos globais.
 - **Energia Renovável:** Estudos em andamento para projeto-piloto de hidrogênio verde.

A Companhia possui os requisitos necessários para capturar as oportunidades nos setores supracitados, mantendo seu DNA de inovação e modernização, amparada por seu acervo técnico. Nossos principais pilares para enfrentar esses desafios são:

Setor	Ação Estratégica	Meta Principal
Comercial	Recomposição da Carteira	Equilíbrio do fluxo de caixa operacional
Industrial	Reativação de Araraquara	Plena utilização da capacidade instalada
Financeiro	Monetização de <i>Claims</i>	Liquidação de passivos extraconcursais

Encerramos o exercício de 2025 com uma posição de caixa fortalecida, apresentando um crescimento expressivo em relação ao exercício anterior, acompanhado de uma redução de R\$ 350 milhões no passivo circulante, o que reitera a eficácia das medidas de gestão operacional e da estratégia de reestruturação de dívidas. Sob a ótica do balanço gerencial, ao considerarmos os ativos judicializados (*claims*) com potencial de recuperação estimado em R\$ 2,7 bilhões, a Companhia apresenta um Patrimônio Líquido positivo de R\$ 86,7 milhões, evidenciando sua real solvência e valor intrínseco.

A Administração destaca os principais temas estratégicos em curso em 2026 e os desafios projetados para os próximos exercícios:

1. Liquidação de Passivos Concursais (Classes I e IV). A Companhia mantém o direcionamento de recursos provenientes da monetização de ativos para a liquidação integral do saldo remanescente das dívidas das Classes I e IV. No período, destacam-se os avanços na realização de ativos previstos no Plano de Recuperação Judicial, incluindo saldos remanescentes da Unidade Produtiva Isolada (UPI) CBD e outros créditos judiciais (*claims*) em fase avançada de execução. A expectativa da

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Administração é que a conclusão dessas monetizações ao longo de 2026 possibilite a quitação total dos referidos passivos.

2. Gestão de Dívidas Extraconcursais e Estruturação Financeira. Em linha com a estratégia de equalização de passivos, o Conselho de Administração constituiu um Comitê Financeiro composto por membros do colegiado e da Diretoria. Este Comitê tem como objetivo precificar, por meio de laudos de avaliação independentes, e estruturar as melhores estratégias de monetização de ativos não operacionais. Tal medida visa demonstrar aos credores a qualidade e a liquidez do lastro da Companhia, permitindo renegociações pautadas em expectativas sólidas de geração de caixa.

Neste contexto, a alienação da participação no Estaleiro Inhaúma foi um marco relevante, cujos recursos foram destinados à liquidação de passivos trabalhistas, financeiros e tributários, conforme detalhado nas Informações Trimestrais (ITR) do exercício.

3. Monetização de Ativos Judicializados. A Companhia mantém foco na recuperação de ativos judicializados, cujos pleitos superam o montante de R\$ 4 bilhões em valores atualizados, conforme discriminado nas Notas Explicativas que integram o Balanço Gerencial.

4. Aprovação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara. A Companhia aguarda para o encerramento do primeiro semestre de 2026 a aprovação final para a constituição de uma ZPE em seu complexo industrial em Araraquara. O projeto (Processo nº 10099.100756/2022-83), protocolado junto à Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, visa atrair investimentos globais e players tecnológicos. A íntegra do projeto está disponível no portal de Relações com Investidores (www.inepar.com.br).

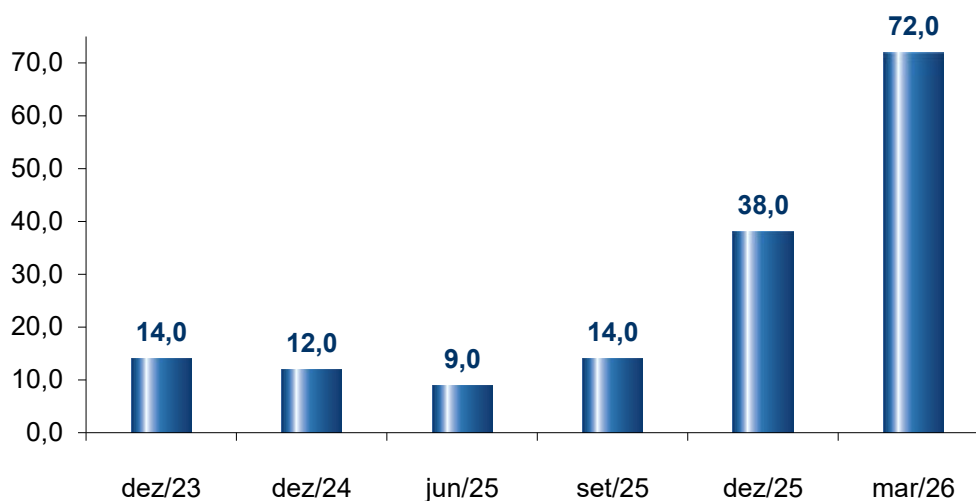
5. Evolução da Carteira de Pedidos. Conforme projetado em períodos anteriores, o desempenho do segundo semestre de 2025 superou o período inicial, confirmando a tendência de retomada comercial. O encerramento do exercício consolida um crescimento consistente no *backlog* de pedidos, fundamentado na reativação da capacidade produtiva e na diversificação de contratos nos setores de infraestrutura e energia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

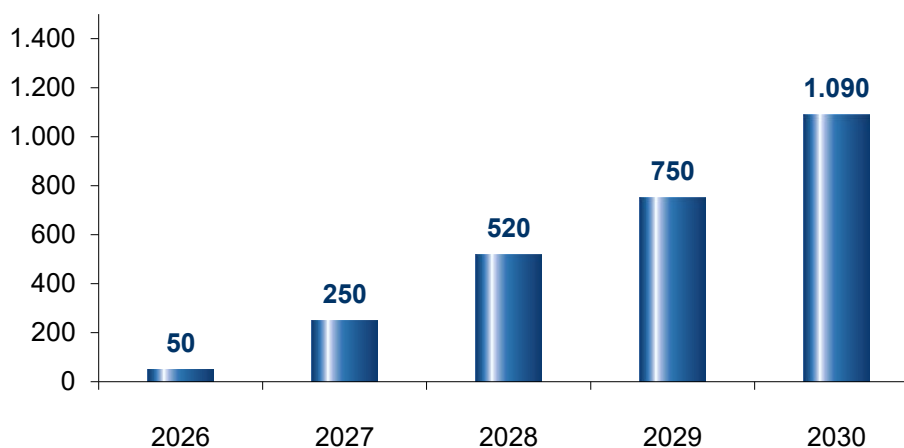
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Saldo em Carteira em
milhões de R\$



O volume de propostas com chances de êxito tem crescido sistematicamente, principalmente nos setores de Óleo e Gás e Energia, o que também confirma a expectativa de uma carteira consistente projetada para o período 2026/2030 para execução nos próximos anos.

6 – Negócios em Desenvolvimento (Potencial R\$ Milhões)



INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

A Companhia tem como objetivo crescer alinhada com essa tendência que o mercado vem apresentando, e entende que o atual momento econômico no mundo e no Brasil para os setores onde ela atua há mais de 60 anos, apresenta grandes oportunidades.

Antes de passarmos à análise das principais variações das contas patrimoniais e de resultados é muito importante pontuar todos os esforços que a Companhia vem empenhando no soerguimento e na recuperação da atividade comercial, fundamental para voltarmos a figurar como uma das empresas mais importantes do país em infraestrutura, conforme demonstra nossa história.

Dentre os 4 blocos de atuação principais gostaríamos destacar alguns pontos importantes alcançados em 2025 e nos últimos anos:

Comercial e Novos negócios: Reestruturação em andamento da equipe comercial e de orçamentos com a retomada do relacionamento junto aos nossos principais clientes, mostrando nossa capacidade preservada e nos recadastrando para participarmos das principais concorrências nos setores de atuação. Investimentos em nossa capacidade fabril e de gestão estão sendo preparados para que possamos dar os passos necessários com segurança e demonstrando a confiabilidade que construímos no mercado ao longo dos anos. Nossa carteira se manteve estável e a níveis muito abaixo do esperado e do necessário nos últimos anos, mas, em 2026 começa a evoluir já como um reflexo dessa nova fase, conforme demonstrado no gráfico acima, hoje com R\$ 72 milhões a executar.

Financeiro: Intensificação da busca por monetização de ativos judicializados através de Fundos de Investimentos e negociações administrativas a fim de acelerar a entrada de recursos para fazer frentes às necessidades operacionais e de investimentos. Durante o período de Recuperação Judicial mais de R\$ 1 bilhão foram monetizados como por exemplo Furnas, Petrobras, Termomacaé, Metrô, Celesc, entre outros. Relativo aos ativos não judicializados a mais recente monetização se deu com a venda da participação no Estaleiro CBD gerando caixa para a Companhia que resultou na liquidação de um volume de mais de R\$ 300 milhões em passivos trabalhistas, tributários, financeiros e operacionais.

Estamos trabalhando na reorganização dos ativos operacionais das Plantas de Araraquara, Macaé e Magé a fim de adequá-los às necessidades de novos projetos, tanto no âmbito dos mercados de Óleo e Gás, energia e Metroferroviário, quanto na busca pela aprovação da ZPE Araraquara que surge com o projeto de DataCenter. Com isso conseguiremos transformar esses ativos em fontes de receita recorrente para a Companhia.

Renegociação das principais dívidas extraconcursais de forma inteligente adequando-as às nossas capacidades de pagamento e aos nossos ativos disponíveis, encerrando

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

ações judiciais longas e custosas para ambos os lados. Novos valuations dos ativos estão em andamento para dar suporte a essas negociações.

Recuperação Judicial: Decisão em 2021 de encerramento da nossa Recuperação judicial, aguardando julgamento de agravos para seu trânsito em julgado. Estamos próximos do encerramento da nossa recuperação judicial, tendo sido pago mais de 95% dos compromissos com credores concursais, o que também irá contribuir para nosso soerguimento e volta ao mercado de forma ainda mais robusta e saudável.

Tributário: Após a concretização da Transação Tributária cuja negociação se estendeu de 2021 a 2023, com redução da dívida de R\$ 2,7 bilhões para um saldo atual de R\$ 300 milhões a Companhia vem mantendo a regularidade dos parcelamentos ordinários e da Transação Tributária.

Desempenho do exercício de 2025

RESULTADO CONSOLIDADO					
Valores Consolidados (em milhares de reais)					
	4T25	3T25	2T25	1T25	4T24
Receita Operacional Bruta	7.959	4.854	2.859	811	5.754
Deduções e impostos sobre a venda	(1.456)	(1.047)	(603)	(98)	(1.352)
Receita Operacional Líquida	6.503	3.807	2.256	713	4.402
Custos dos produtos e serviços	(9.705)	(5.381)	(3.815)	(2.095)	(6.515)
Lucro Bruto	(3.202)	(1.574)	(1.559)	(1.382)	(2.113)
Receitas e Despesas Operacionais	(392.317)	(273.320)	(262.114)	(39.411)	(86.341)
Despesas com vendas	(1.953)	(1.479)	(930)	(544)	(1.194)
Perdas no recebimento de Crédito	(6.568)	(4.864)	(39)	(480)	(3.147)
Despesas Administrativas e gerais	(59.936)	(48.089)	(37.656)	(16.401)	(36.215)
Provisões de contingências	(59.135)	(170)	(170)	(170)	(20.812)
Outras Receitas e Despesas	(259.750)	(215.466)	(221.939)	(21.342)	(9.021)
Resultado da Avaliação de investimentos	(4.975)	(3.252)	(1.380)	(474)	(15.952)
Resultado operacional	(395.519)	(274.894)	(263.673)	(40.793)	(88.454)
Despesas e Receitas Financeiras					
Despesas financeiras	(222.927)	(197.123)	(104.816)	(14.949)	(150.014)
Receitas financeiras	104.595	89.140	18.442	4.180	2.244
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição soci	(513.851)	(382.877)	(350.047)	(51.562)	(236.224)
Imposto de renda e contribuição social	425	693	776	388	(549)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	(513.426)	(382.184)	(349.271)	(51.174)	(236.773)

Análise do Resultado

Apresentamos, a seguir, as principais variações da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) finda em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Resultado Bruto

O lucro bruto operacional acumulado no exercício de 2025 foi negativo em R\$ 3,2 milhões, frente ao resultado também negativo de R\$ 2,1 milhões registrado no mesmo período do exercício anterior. Tal desempenho permanece em patamares aquém do potencial da Companhia, reflexo do reduzido volume de faturamento no período. No entanto, projeta-se a reversão dessa tendência a partir do primeiro semestre de 2026, fundamentada na expansão da carteira de pedidos (backlog) e no cronograma de execução dos novos contratos, conforme detalhado anteriormente.

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas administrativas e gerais apresentaram, no consolidado, variação de R\$ 23,7 milhões em relação ao exercício de 2024. Esse aumento decorre, principalmente, dos itens destacados na tabela comparativa abaixo:

Despesas Administrativas e Gerais	Valores Consolidados (em milhares de reais)		
	4T25	3T25	4T24
Honorários dos Administradores	(4.552)	(3.141)	(3.961)
Salários, Encargos e Benefícios	(11.258)	(10.254)	(10.916)
Serviços Profissionais Pessoa Jurídica e Física	(36.227)	(28.299)	(15.202)
Condomínios	(1.018)	(736)	(1.058)
Depreciações Administrativas	(5.845)	(4.160)	(5.738)
Outras despesas	(1.036)	(1.499)	660
Total	(59.936)	(48.089)	(36.215)

A conta Serviços Profissionais de Pessoa Física e Jurídica registra as despesas com serviços de terceiros e honorários advocatícios incorridas ao longo do exercício de 2025. O aumento observado decorre, principalmente, de honorários advocatícios de êxito não recorrentes, reconhecidos em razão da finalização de acordos com credores que continham cláusulas de êxito vinculadas aos ganhos obtidos pela Companhia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

RESUMO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS		
	31-dez-25	31-dez-24
DESPESAS NÃO RECORRENTES	19.854	2.596
DESPESAS RECORRENTES	15.543	12.473
DIVERSOS	830	133
	36.227	15.202
HONORÁRIOS DE ÊXITO	15.347	1.490
PRESTADORES DE SERVIÇOS	9.408	9.582
ADVOGADOS EXTERNOS	6.602	2.358
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	3.330	1.192
AUDITORIA EXTERNA	423	447
DESPESAS DE ALUGUEL	287	
DIVERSOS	830	133
	36.227	15.202

Observando a tabela acima podemos perceber que o fator de desequilíbrio entre 2024 e 2025 se deveu principalmente pelo aumento das despesas não recorrentes conforme já explicado acima. O aumento de despesas recorrentes se deveu principalmente pelo pagamento de dívidas atrasadas junto aos prestadores de serviços e advogados externos.

Outras Receitas e Despesas Líquidas

A variação na rubrica de Outras Receitas e Despesas, que totalizou o montante líquido de R\$ 250.729 em relação ao exercício de 2024, é detalhada a seguir:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

	Notas	4TR25	3TR25	4ºTR24
Valores consolidados (em milhares de reais)				
Outras Receitas e Despesas		(259.750)	(268.065)	(9.021)
Outras Despesas				
1) Custos e despesas com venda do Ativo CBD	(a)	(389.715)	(389.715)	-
2) Estorno de Claims contingentes	(b)	(133.999)	(133.999)	-
3) Despesas relativas a acordos judiciais	(c)	(32.815)	(32.815)	(2.836)
4) Despesas com processos tributários	(d)	(16.737)	(15.409)	(9.449)
5) Despesas com FIDC Taranis	(e)	(10.262)	(10.249)	-
6) Despesas com processos trabalhistas	(f)	(8.558)	(7.634)	-
7) Estorno de dividendos a receber	(g)	(14.796)	(14.796)	-
8) Outras despesas operacionais	(h)	(102.745)	(114.047)	(18.226)
Total		(709.627)	(718.664)	(30.511)
Outras Receitas				
1) Receitas com Venda do Ativo CBD	(a)	352.564	352.564	-
2) Reversão de provisões diversas	(b)	44.961	53.113	16.042
3) Receitas com aluguéis		4.468	1.943	2.281
4) Outras receitas		2.036		3.167
5) Recuperação de despesas		18.109	15.240	-
6) Receitas pela baixa dos adtos de clientes	(c)	27.739	27.739	-
Total		449.877	450.599	21.490
Total geral		(259.750)	(268.065)	(9.021)

Outras Despesas

- a) **Alienação do Ativo CBD:** A transação resultou em um efeito líquido negativo de R\$ 37.151 (despesa de R\$ 389.715 contra receita de R\$ 352.564), decorrente da baixa do ágio e de investimentos. O ágio total apurado na aquisição do Estaleiro, em 2012, era de R\$ 391.573. Com a alienação definitiva em abril de 2025, procedeu-se à baixa de R\$ 379.820 deste montante, conforme alocação por matrículas imobiliárias baseada em laudo técnico da NVR Auditores e Consultores, permanecendo um saldo residual de R\$ 11.693. Segue um quadro demonstrativo das movimentações financeiras do negócio. Quantos aos Usos dos recursos já foram objeto de demonstrações do 2º. ITR da Companhia.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025

VENDA ATIVO - CBD	
	R\$ Mil
VALOR TOTAL DA VENDA	447.000
PARTICIPAÇÃO INEPAR	359.653
(-) ADIANTAMENTO ITCSI - INEPAR	60.426
(+) ATUALIZAÇÃO CDI	10.850
(-) DESCONTO DÍVIDA CRI	14.361
(-) DESCONTO ALUGUEL PAGO	14.448
(+) SALDO CONTA FUNDO	6.374
(=) VALOR LÍQUIDO CORRIGIDO CDI	287.642
(-) PAGAMENTO AÇÕES DE TERCEIROS	67.169
(-) ESCROW TRABALHISTA	57.774
(-) ESCROW TRIBUTÁRIA	16.600
TOTAL ESCROW ACCOUNT	74.374
(-) PAGAMENTO DÍVIDA PREVIDENCIARIA	33.039
(=) LÍQUIDO RECEBIDO	113.060

b) Estorno de Ativos Contingentes: Reversão de R\$ 133.999 relativos a *claims* judicializados. O ajuste justifica-se pela reavaliação da expectativa de realização financeira desses ativos no curto prazo.

c) Acordos Judiciais: Despesa de R\$ 32.815 (acréscimo de R\$ 29.979 vs. 2024), referente a honorários sobre acordos administrativos e judiciais e à quitação de passivos vencidos com prestadores de serviços, caracterizando-se como eventos não recorrentes.

d) Processos Tributários: Despesa de R\$ 16.737 (acréscimo de R\$ 7.288 vs. 2024), decorrente, majoritariamente, da formalização de parcelamentos tributários.

e) FIDC Taranis: Reconhecimento de R\$ 10.262 em despesas com prestadores de serviços vinculados ao fundo, referentes a períodos anteriores e regularizados no presente exercício.

f) Processos Trabalhistas: Despesa de R\$ 8.558 relativa ao pagamento de ações não contingenciadas anteriormente, configurando desembolso não recorrente.

g) Impairment: Baixa contábil de R\$ 14.796 referente a dividendos a receber da QGI OIL & GAS INC., devido à ausência de evidências de recuperabilidade.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

h) Liquidação via Debêntures: Despesas vinculadas à liquidação de obrigações por meio do 4º lançamento de títulos e valores mobiliários no âmbito da Recuperação Judicial. A maioria destes valores possuía provisão correspondente, regularizada via reversão nas contas específicas.

Outras Receitas

a) Venda de Participação: Receita de R\$ 352.564 proveniente da alienação da participação no Fundo Inhaúma.

b) Reversão de Provisões (Cíveis e Trabalhistas): Montante de R\$ 44.961 (acréscimo de R\$ 28.919 vs. 2024). Refere-se à reversão de contingências após a liquidação de passivos com recursos da venda do ativo CBD e do 4º lançamento de valores mobiliários

c) Baixa de Adiantamentos: Receita de R\$ 27.739 decorrente do encontro de contas com clientes e do reconhecimento de valores anteriormente retidos por pendências judiciais, agora resolvidas.

Receitas e Despesas Financeiras

	Valores Consolidados (em milhares de reais)		
	4T25	3T25	4T24
Receitas e Despesas Financeiras	(118.332)	(107.983)	(147.770)
Despesas Financeiras			
1) Atualização das obrigações fiscais e tributárias	(59.432)	(50.633)	(48.282)
Descontos obtidos em parcelamentos tributários	9.231	9.231	-
Saldo da conta	(50.201)	(41.402)	(48.282)
2) Atualizações de acordos trabalhistas	(3.592)	(3.592)	-
3) Atualização de passivos financeiros (BNDES, Debêntures, outros)	(161.862)	(144.288)	(92.623)
4) Diversos	(7.272)	(7.841)	(9.109)
Total	(222.927)	(197.123)	(150.014)
Receitas Financeiras			
1) Atualização de depósitos judiciais Swiss Re e Metrô SP	12.054	10.609	-
2) Receita referente aos ativos do acordo com o Metrô-SP	9.433	3.125	-
3) Descontos obtidos	4.273	3.877	-
4) Atualização créditos fiscais	8.386	5.514	-
5) Outras Receitas	70.449	65.771	-
6) Diversos	-	244	2.244
Total	104.595	89.140	2.244

Resultado Financeiro Líquido

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Despesas Financeiras

As despesas financeiras totalizaram, no consolidado, o montante de R\$ 222.927 no exercício de 2025, representando uma variação de R\$ 72.913 em relação aos R\$ 150.014 registrados em 2024. Esse incremento decorre, primordialmente, da atualização monetária e dos encargos incidentes sobre os passivos remanescentes, com destaque para:

- **Passivos Tributários:** Atualização das obrigações vinculadas à Transação Tributária e aos parcelamentos ordinários junto aos órgãos federais.
- **Passivos Financeiros e Estruturados:** Encargos relativos ao endividamento junto ao BNDES, às debêntures da 5ª emissão e aos demais instrumentos financeiros da Companhia.
- **Contingências:** Atualização de provisões trabalhistas e cíveis em curso.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras do período originaram-se, substancialmente, dos seguintes eventos:

- **Atualização de Depósitos Judiciais:** Rendimentos sobre montantes retidos em garantia, com ênfase nos processos vinculados aos acordos com a Swiss Re e o Metrô-SP.
- **Variações Monetárias Ativas:** Atualização de créditos fiscais e tributários de titularidade da Companhia.
- **Descontos Obtidos:** Ganhos financeiros decorrentes de abatimentos em renegociações de passivos.
- **Realização de Ativos (Claims):** Atualizações monetárias sobre créditos judiciais monetizados ou utilizados como dação em pagamento para a liquidação de obrigações.

Variações nas contas Patrimoniais

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

Ativo

Ativo Circulante	DEZ/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Caixa e equivalentes de caixa	17.320	447	16.873	O aumento do caixa no período decorre, principalmente, da alienação do Fundo Inhaúma e da monetização de claims.
Contas a receber de clientes	4.805	2.860	1.945	Para melhor compreensão, solicita-se a verificação da Nota Explicativa nº 06.
Títulos e valores mobiliários	-	9	(9)	
Estoques	7.927	9.365	(1.438)	A variação verificada na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação dos custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas nem reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.
Tributos a recuperar	67.826	67.549	277	
Dividendos a receber	-	14.796	(14.796)	Foi reconhecida perda por impairment sobre os valores devidos pela QGI Oil & Gás Inc., em razão da ausência de evidências objetivas que suportassem sua realização.
Outros créditos	37.029	1.857	35.172	O principal motivo da variação dessa conta refere-se à garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas.
Total do ativo circulante	134.907	96.883	38.024	

Ativo não circulante

Caixa e equivalente de caixa	186	-	186	
Contas a receber clientes	-	133.999	(133.999)	Por se tratarem de ativos contingentes, oriundos de claims em discussão judicial, cuja monetização não ocorreu no período, a Companhia optou, neste exercício, pelo estorno do montante de R\$ 133.999, bem como das correspondentes provisões para impostos.
Títulos e valores mobiliários	-	688	(688)	
Depósitos judiciais	19.374	77.086	(57.712)	A redução dessa conta decorre, principalmente, dos levantamentos realizados em razão dos acordos firmados com a Swiss Re e com o Metrô-SP, bem como do encontro de contas efetuado para liquidação de verbas rescisórias.
Outros créditos	5	6.551	(6.546)	Redução em virtude do acordo firmado com o Metrô-SP.
Investimentos	90.737	105.243	(14.506)	Variação decorrente do reconhecimento dos resultados das empresas controladas e coligadas, apurados pelo método da equivalência patrimonial.
Imobilizado	113.686	120.879	(7.193)	Variação em função das depreciações das máquinas e imóveis.
Intangível	11.696	391.516	(379.820)	Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimento Imobiliário Inhaúma, procedeu-se à baixa proporcional do ágio contabilizado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro.
Total do ativo não circulante	235.684	835.962	(600.278)	
Total do ativo	370.591	932.845	(562.254)	

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

Passivo

Circulante	DEZ/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Fornecedores	43.936	60.231	(16.295)	O saldo de fornecedores apresentou redução significativa em razão da liquidação de passivos mediante a utilização de recursos provenientes da venda da participação no Fundo Inhaúma, da celebração de acordos com o Metrô-SP, da liberação de depósitos judiciais e dos recursos oriundos da 4ª emissão de debêntures perpétuas.
Instituições financeiras	324.494	426.067	(101.573)	A variação decorre da liquidação do processo mantido com o CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo banco a terceiros e, posteriormente, negociados para pagamento por meio de debêntures perpétuas, em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial, bem como da reclassificação contábil para a rubrica de partes relacionadas referente à MDC Assessoria Empresarial, no montante de R\$ 57,0 milhões.
Debêntures	18.591	17.286	1.305	
Obrigações sociais e trabalhistas	105.445	159.209	(53.764)	A redução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados com recursos provenientes da operação de venda da participação na Companhia Brasileira de Diques – CBD, bem como da realização de encontro de contas com depósitos judiciais anteriormente pendentes de levantamento.
Obrigações fiscais e tributárias	180.509	159.932	20.577	A variação decorre das atualizações monetárias dos impostos e contribuições vencidas e a vencer
Dividendos propostos	3.317	3.341	(24)	
Adiantamentos de clientes	3.231	58.338	(55.107)	Após análise, a Administração decidiu proceder ao reconhecimento contábil dos adiantamentos de clientes pendentes, por meio de encontro de contas para liquidação dos saldos de contas a receber, com o saldo remanescente reconhecido em receitas.
Títulos a pagar	156.983	133.146	23.837	Refere-se à atualização das dívidas que são objeto de discussões judiciais em curso, inclusive no que se refere à questão da concursabilidade.
Outras contas a pagar	69.228	238.216	(168.988)	A redução refere-se, principalmente, ao pagamento de dívidas financeiras, bem como à reclassificação para a rubrica de partes relacionadas, referente à MDC, no montante de R\$ 37 milhões.
Total do passivo circulante	905.734	1.255.766	(350.032)	

Não circulante

Exigível a longo prazo	DEZ/25	DEZ/24	VARIAÇÃO	
Instituições financeiras	195.277	210.775	(15.498)	A variação decorre da liquidação do processo mantido com o CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo banco a terceiros e posteriormente negociados para liquidação por meio de debêntures perpétuas, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.
Debêntures	290.390	273.384	17.006	A variação verificada resulta das atualizações mensais aplicadas aos saldos, correspondentes à correção financeira e aos encargos previstos contratualmente.
Obrigações fiscais e tributárias	296.211	319.302	(23.091)	A redução verificada decorre, principalmente, dos parcelamentos ordinários firmados no primeiro semestre de 2025, que resultaram na diminuição dos encargos de juros e multas, bem como do pagamento da parcela relativa à transação tributária com vencimento a partir de 30 de setembro de 2025.
Partes relacionadas	79.798	18.953	60.845	A variação decorre de reclassificações realizadas nos saldos das contas de partes relacionadas, em razão da segregação efetuada de acordo com a natureza das operações.
Títulos a pagar	14.960	14.960	-	
Provisão de custos e encargos	12.565	2.303	10.262	A variação refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, registradas no exercício em conta de provisões para despesas.
Provisões para contingências	255.643	196.508	59.135	O acréscimo ocorreu em virtude do reconhecimento de diversos processos trabalhistas, cíveis e tributários que foram classificados para provável perda.
Provisão de passivos a descoberto	15.549	12.911	2.638	
Outras contas a pagar	2.743	1.432	1.311	
Total do passivo não circulante	1.163.136	1.050.528	112.608	

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

RESUMO DA VARIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS (em Mil de R\$)			
	AUMENTO PROVISÃO	DIMINUIÇÃO PROVISÃO	VARIAÇÃO
CÍVEL	94.963	33.780	61.183
TRABALHISTA	15.277	8.508	6.769
TRIBUTÁRIA	1.218	10.035	-8.817
TOTAL	111.458	52.323	59.135

SALDO DA CONTA DE CONTINGÊNCIAS EM 31/12/2024	196.508
VARIAÇÃO EM 2025 ACUMULADA	59.135
SALDO DA CONTA DE CONTINGÊNCIAS EM 31/12/2025	255.643

As variações mais significativas se deram em função de processos cíveis que tiveram sua reclassificação feita pelos advogados de possível para provável colocando tais processos dentro da necessidade de contingenciamento.

As circularizações com advogados internos e externos são realizadas anualmente, por ocasião do fechamento do balanço.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Patrimônio Líquido(passivo a descoberto) da controladora

Capital social	576.172	543.687	32.485	A variação decorre do aumento de capital aprovado na 394ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2025.
Gastos com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)	-	
Reservas de capital	184.417	184.417	-	
Reserva de reavaliação	24.158	24.663	(505)	
Debêntures perpétuas	386.953	231.404	155.549	A variação decorre da emissão de títulos mobiliários vinculados à 4ª emissão de debêntures, bem como da emissão de ações.
Créditos quirografários a converter	364	16.914	(16.550)	Baixado em função da emissão da 4ª emissão de debêntures
Prejuízos acumulados	(3.689.380)	(3.191.224)	(498.156)	Prejuízo do exercício
Ajuste da avaliação patrimonial	835.711	818.845	16.866	
Total do patrimônio líquido	(1.684.678)	(1.374.367)	(310.311)	
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas miniritários	(13.601)	918	(14.519)	
Total do patrimônio líquido/Passivo a descoberto	(1.698.279)	(1.373.449)	(324.830)	
Total do passivo e do patrimônio líquido(Passivo a descoberto)	370.591	932.845	(562.254)	

Balanco Patrimonial Gerencial

Apresentamos a seguir o Balanço Gerencial encerrado em 31 de dezembro de 2025. Esta demonstração tem caráter informativo e visa evidenciar o potencial de solvência da Companhia ao considerar ativos monetizáveis judicializados que, por força das normas contábeis vigentes, não estão refletidos no balanço societário. A análise considera:

- (i) Ativos monetizáveis judicializados vinculados ao FIDC Taranis; e
- (ii) Ativos monetizáveis judicializados mantidos em carteira própria.

Com o reconhecimento gerencial desses ativos, aplicando-se uma expectativa de realização baseada num êxito acima de 50% (conforme detalhado em seção específica), o Patrimônio Líquido passaria do montante negativo de R\$ 1.684.678 para um saldo positivo de R\$ 86.682. Este indicador demonstra a robusta capacidade de recuperação da Companhia por meio da monetização de seus créditos judiciais (*claims*).

Premissas e Ressalvas:

- **Passivos:** Não foram computados neste balanço os eventuais deságios a serem obtidos em negociações futuras de passivos.
- **Operacional:** Não foram integradas projeções de resultados operacionais futuros, embora a retomada das atividades e o crescimento do *backlog* permitam vislumbrar uma trajetória de geração de caixa.
- **Crítérios Contábeis:** Os referidos ativos não constam no Balanço Patrimonial auditado, apesar de todos os custos relacionados à sua manutenção terem sido integralmente reconhecidos e contabilizados.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

- **Observância Normativa:** A elaboração desta informação atende às orientações de nossos auditores independentes e respeita o princípio da prudência (conservadorismo contábil). As normas vigentes vedam o reconhecimento de ativos contingentes antes do trânsito em julgado em última instância, razão pela qual esses valores são apresentados apenas em caráter gerencial.

Tratamento Tributário:

Sobre o montante dos créditos (*claims*) classificados como de êxito provável ou possível, foram constituídas provisões para IRPJ e CSLL, além da incidência de 4,65% relativa ao PIS e à COFINS. Adicionalmente, seguindo os mesmos critérios aplicados no balanço societário, registramos impostos a recuperar na ordem de 30% sobre as provisões de IRPJ e CSLL.

(Em milhares de reais)	Consolidado em 31 de dezembro de 2025			Consolidado em 31 de dezembro de 2024 Reapresentado			Consolidado em 30 de setembro de 2025 Reapresentado		
	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanço Patrimonial	Claims + FIDC	Balanço Patrimonial com inclusão dos Claims
ATIVO									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	17.320	-	17.320	447	-	447	2.382	-	2.382
Contas a receber de clientes	4.805	-	4.805	2.860	-	2.860	2.442	-	2.442
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	9	-	9	-	-	-
Estoques	7.927	-	7.927	9.365	-	9.365	11.662	-	11.662
Tributos a recuperar	67.826	-	67.826	67.549	-	67.549	69.552	-	69.552
Dividendos a receber	-	-	-	14.796	-	14.796	-	-	-
Outros créditos	37.029	-	37.029	1.857	-	1.857	40.784	-	40.784
Total do Ativo Circulante	134.907	-	134.907	96.883	-	96.883	126.822	-	126.822
Não Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	186	-	186	-	-	-	183	-	183
Contas a receber de clientes	-	-	-	133.999	-	133.999	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	769.000	769.000	688	776.754	777.442	-	742.114	742.114
Impostos a recuperar	-	237.113	237.113	-	182.492	182.492	365	225.939	226.304
Depósitos judiciais	19.374	-	19.374	77.086	-	77.086	55.461	-	55.461
Outros créditos	5	1.669.000	1.669.005	6.551	1.099.634	1.106.185	5	1.581.000	1.581.005
Investimentos	90.737	-	90.737	105.243	-	105.243	95.036	-	95.036
Imobilizado	113.686	-	113.686	120.879	-	120.879	116.003	-	116.003
Intangível	11.696	-	11.696	391.516	-	391.516	11.696	-	11.696
Total do Ativo Não Circulante	235.684	2.675.113	2.910.797	835.962	2.058.880	2.894.842	278.749	2.549.053	2.827.802
Total do Ativo	370.591	2.675.113	3.045.704	932.845	2.058.880	2.991.725	405.571	2.549.053	2.954.624

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

	Consolidado em 31 de dezembro de 2025			Consolidado em 31 de dezembro de 2024 Reapresentado			Consolidado em 30 de setembro de 2025 Reapresentado		
PASSIVO	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims	Balanco Patrimonial	Claims + FIDC	Balanco Patrimonial com inclusão dos Claims
Circulante									
Fornecedores	43.936	-	43.936	60.231	-	60.231	45.350	-	45.350
Instituições financeiras	324.494	-	324.494	426.067	-	426.067	315.972	-	315.972
Debêntures	18.591	-	18.591	17.286	-	17.286	18.295	-	18.295
Obrigações sociais e trabalhistas	105.445	-	105.445	159.209	-	159.209	104.551	-	104.551
Obrigações fiscais e tributárias	180.509	-	180.509	159.933	-	159.933	174.544	-	174.544
Dividendos propostos	3.317	-	3.317	3.341	-	3.341	3.317	-	3.317
Adiantamentos de clientes	3.231	-	3.231	58.338	-	58.338	2.182	-	2.182
Títulos a pagar	156.983	-	156.983	133.145	-	133.145	150.387	-	150.387
Outras contas a pagar	69.228	-	69.228	238.216	-	238.216	89.186	-	89.186
Total do Passivo Circulante	905.734	-	905.734	1.255.766	-	1.255.766	903.784	-	903.784
Não Circulante									
Instituições financeiras	195.277	-	195.277	210.775	-	210.775	198.313	-	198.313
Debêntures	290.390	-	290.390	273.384	-	273.384	285.992	-	285.992
Obrigações fiscais e tributárias	296.211	-	296.211	319.302	-	319.302	303.856	-	303.856
Partes relacionadas	79.798	-	79.798	94.034	-	94.034	82.842	-	82.842
Títulos a pagar	14.960	-	14.960	14.960	-	14.960	14.960	-	14.960
Tributos diferidos	-	903.743	903.743	-	695.558	695.558	-	861.155	861.155
Provisão de custos e encargos	12.565	-	12.565	2.303	-	2.303	12.552	-	12.552
Provisões para contingências	255.643	-	255.643	196.508	-	196.508	154.288	-	154.288
Provisão passivo a descoberto	15.549	-	15.549	12.911	-	12.911	14.601	-	14.601
Outras contas a pagar	2.743	-	2.743	1.432	-	1.432	1.494	-	1.494
Total do Passivo Não Circulante	1.163.136	903.743	2.066.879	1.125.609	695.558	1.821.167	1.068.898	861.155	1.930.053
Patrimônio Líquido									
Participação dos minoritários	(13.601)	-	(13.601)	918	-	918	(8.050)	-	(8.050)
Patrimônio líquido da controladora									
Capital social	576.172	-	576.172	543.687	-	543.687	571.963	-	571.963
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)
Reserva de capital	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417
Reserva de reavaliação	24.158	-	24.158	24.663	-	24.663	24.158	-	24.158
Debêntures perpétuas	386.953	-	386.953	231.404	-	231.404	391.162	-	391.162
Créditos quirografários a converter	364	-	364	16.914	-	16.914	364	-	364
Prejuízos acumulados	(3.689.380)	1.771.370	(1.918.010)	(3.266.305)	1.363.322	(1.902.983)	(3.563.850)	1.687.898	(1.875.952)
Ajuste de avaliação patrimonial	835.711	-	835.711	818.845	-	818.845	835.798	-	835.798
	(1.684.678)	1.771.370	86.692	(1.449.448)	1.363.322	(86.126)	(1.559.061)	1.687.898	128.837
Total do Patrimônio Líquido	(1.698.279)	1.771.370	73.091	(1.448.530)	1.363.322	(85.208)	(1.567.111)	1.687.898	120.787
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	370.591	2.675.113	3.045.704	932.845	2.058.880	2.991.725	405.571	2.549.053	2.954.624

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Gerenciais

Nota 01 – Ativos Contingentes (Pleitos com Clientes)

Em estrita observância às práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), a Companhia não reconhece em suas demonstrações financeiras societárias ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos não seja praticamente certa. Tal restrição normativa, fundamentada no princípio da prudência, limita a representação imediata de ativos que ainda dependem de desfechos judiciais quanto ao seu valor, prazo e liquidez.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

No entanto, com o objetivo de proporcionar ao mercado e aos acionistas uma visão prospectiva da situação patrimonial e da real capacidade de recuperação de valor da Companhia, o Balanço Gerencial da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** contempla esses ativos com base em sua probabilidade histórica de êxito.

Natureza dos Pleitos: Os ativos em questão referem-se a pleitos judiciais (*claims*) decorrentes de desequilíbrios econômico-financeiros, alterações de escopo e reajustes de preços em contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos já encerrados.

Crítérios de Mensuração e Reconhecimento Gerencial: Os valores estão registrados no Balanço Gerencial sob a rubrica de “**Outros Créditos**”, refletindo uma expectativa média de êxito de aproximadamente 57% sobre o valor total da causa. Este percentual está alinhado ao histórico de performance jurídica da Companhia em processos de natureza similar. O montante gerencialmente reconhecido totaliza R\$ 1,8 bilhão, conforme a composição detalhada a seguir:

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 31/12/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.153		
Provável recebimento	1.586	1.130	71%
Possível recebimento	941	539	57%
Remoto recebimento	626	134	21%
TOTAL	3.153	1.803	57%

A classificação de risco dos processos judiciais em **provável, possível ou remota** é fundamentada em relatórios mensais elaborados pelos assessores jurídicos externos (patronos das causas). A mensuração dos valores atribuídos baseia-se tanto no histórico de êxito da Companhia em pleitos análogos quanto na análise técnica da probabilidade de celebração de acordos administrativos e judiciais.

Considerando-se exclusivamente os montantes classificados com perda estimada como **provável e possível**, a expectativa de realização financeira é de **R\$ 1.669 milhões**, o que representa um índice de recuperação de 53% sobre o valor nominal dos pleitos.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Sobre os montantes registrados na rubrica gerencial de “**Outros Créditos**”, a Companhia constituiu provisão para os tributos incidentes (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), em estrita observância à legislação fiscal vigente.

01 – FIDC TARANIS

Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários, encontram-se registrados os ativos aportados no **FIDC Taranis-NP**, representados por créditos decorrentes de aditivos contratuais em discussão nas esferas judicial e administrativa. O estágio processual de tais ativos abrange desde fases periciais até decisões de primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é estruturado sob a forma de condomínio fechado, destinado exclusivamente a investidores qualificados, conforme definido pela regulamentação da CVM.

No ato de sua constituição, as Companhias do Grupo realizaram aportes de créditos (*claims*) no montante nominal de R\$ 619,1 milhões, cujos valores atualizados totalizam R\$ 1,7 bilhão. A eficácia de monetização desses ativos apresenta histórico comprovado em patamares superiores a 60%. Originalmente, empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando um deságio superior a 40% para refletir eventuais riscos de insucesso.

Atualmente, sob orientação de seu Comitê Financeiro — focado na estratégia de monetização e utilização desses ativos a **valor justo** para a liquidação de passivos extraconcursais —, a Companhia contratou consultoria especializada de primeira linha para a reavaliação do valor de mercado (*fair value*) desses ativos.

A expectativa de monetização projetada pela Administração é de **R\$ 914 milhões** ao longo dos próximos exercícios, representando um índice de recuperação de 52%, patamar condizente com os padrões históricos da Companhia, acima citado de 60%.

Contudo, sob uma ótica estritamente conservadora, ao considerar apenas os valores classificados como **prováveis e possíveis**, a expectativa de recebimento ajusta-se para 44% (montante de **R\$ 769 milhões**), posicionando-se preventivamente abaixo da média histórica alcançada.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial**CNPJ Nº 76.627.504/0001-06****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025**

FIDC TARANIS - CLAIMS - 31/12/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.742		
Provável recebimento	547	448	82%
Possível recebimento	615	321	52%
Remoto recebimento	580	145	25%
TOTAL	1.742	914	52%

Por tratar-se de créditos sob discussão judicial, tais ativos qualificam-se como **ativos contingentes** e, em estrita conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis (**CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**), não são passíveis de reconhecimento no Balanço Patrimonial auditado. Aplicando os mesmos critérios adotados para os demais *claims*, foi constituída provisão estimada para os tributos incidentes (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL), observando-se a legislação fiscal vigente.

Auditoria Independente

Em atendimento às disposições da **Resolução CVM nº 162**, de 13 de julho de 2022, a **INEPAR** informa que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a firma **Müller & Prei Auditores Independentes S/S** não prestou qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras. A Companhia adota como política corporativa a estrita observância às regulamentações que definem as restrições de serviços e a independência dos auditores externos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram auditadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (**IFRS**), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ressalta-se que as informações de natureza não financeira, bem como os dados operacionais e gerenciais, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte dos auditores independentes.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às normas da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e aprovou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com relação às opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, a Administração informa que compreende os critérios técnicos utilizados para a emissão

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES - Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2025

do parecer, todavia, reitera que a Companhia apresenta as condições necessárias para a **continuidade operacional**.

Tal entendimento é corroborado pelo próprio parecer dos auditores, ao mencionar que: *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos ‘Claims’ e, com esses recursos, honrando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para a elevação da ocupação da capacidade fabril a níveis satisfatórios e para o encerramento do processo de recuperação judicial.”*

Em consonância com as orientações de nossos auditores, e pautada pelo compromisso com a transparência, a Administração apresenta informações complementares em notas explicativas e técnicas. Estes dados fundamentam o **Balanco Gerencial** ora apresentado, o qual visa demonstrar a situação patrimonial prospectiva da Companhia sob a consideração de eventos factuais e créditos em fase de realização.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO AUGUSTO PIRES JUNIOR**
Data: 08/04/2026 18:49:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antonio Augusto Pires Junior – Diretor Presidente

IRAJA GALLIANO
ANDRADE:13947893949

Assinado de forma digital por IRAJA
GALLIANO ANDRADE:13947893949
Dados: 2026.04.08 18:11:05 -03'00'

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

MANACESAR LOPES
DOS
SANTOS:7474390299
1

Assinado de forma digital
por MANACESAR LOPES
DOS SANTOS:74743902991
Dados: 2026.04.08 19:13:55
-03'00'

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	REAPRESENTADO 31/12/2024	31/12/2025	REAPRESENTADO 31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	37	57	17.320	447
Contas a receber de clientes	6	358	144	4.805	2.860
Títulos e valores mobiliários	7	-	9	-	9
Estoques	8	-	-	7.927	9.365
Tributos a recuperar	9	756	4.547	67.826	67.549
Dividendos a receber		-	-	-	14.796
Outros créditos	10	371	365	37.029	1.857
Total do ativo circulante		1.522	5.122	134.907	96.883
Não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	28	-	186	-
Contas a receber clientes	6	-	44.532	-	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	688
Depósitos judiciais	32	5.799	57.418	19.374	77.086
Outros créditos	10	-	-	5	6.551
Investimentos	11	779.215	822.875	90.737	105.243
Imobilizado	12	66.285	69.245	113.686	120.879
Intangível	13	3	3	11.696	391.516
Total do ativo não circulante		851.330	994.073	235.684	835.962
Total do ativo		852.852	999.195	370.591	932.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2025	REAPRESENTADO 31/12/2024	31/12/2025	REAPRESENTADO 31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	25	19.405	26.188	43.936	60.231
Instituições financeiras	14	311.782	278.318	324.494	426.067
Debêntures	15	18.591	17.286	18.591	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	17	6.197	9.740	105.445	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	16	46.789	72.980	180.509	159.932
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.317	3.341
Adiantamentos de clientes	19	-	-	3.231	58.338
Títulos a pagar		156.983	133.146	156.983	133.146
Outras contas a pagar	24	51.233	96.031	69.228	238.216
Total do passivo circulante		614.297	637.006	905.734	1.255.766
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Instituições financeiras	14	195.277	210.775	195.277	210.775
Debêntures	15	290.390	273.384	290.390	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	16	192.335	181.520	296.211	319.302
Partes relacionadas	21	98.439	186.497	79.798	18.953
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	12.565	2.303	12.565	2.303
Provisões para contingências	22	105.388	85.160	255.643	196.508
Provisão passivo a descoberto	23	1.027.605	796.917	15.549	12.911
Outras contas a pagar	24	1.234	-	2.743	1.432
Total do passivo não circulante		1.923.233	1.736.556	1.163.136	1.050.528
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	26 a	576.172	543.687	576.172	543.687
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reservas de capital	26 b	184.417	184.417	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	26 c	24.158	24.663	24.158	24.663
Debêntures perpétuas	26 d	386.953	231.404	386.953	231.404
Créditos quirografários a converter	26 e	364	16.914	364	16.914
Prejuízos acumulados		(3.689.380)	(3.191.224)	(3.689.380)	(3.191.224)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	835.711	818.845	835.711	818.845
		(1.684.678)	(1.374.367)	(1.684.678)	(1.374.367)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	(13.601)	918
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.684.678)	(1.374.367)	(1.698.279)	(1.373.449)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		852.852	999.195	370.591	932.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 a 31/12/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 a 31/12/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 a 31/12/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 a 31/12/2024
Receita operacional líquida	28	-	-	6.503	4.402
Custos dos produtos e serviços		-	-	(9.705)	(6.515)
Lucro bruto		-	-	(3.202)	(2.113)
Receitas [Despesas] operacionais		(434.577)	(142.062)	(392.316)	(86.341)
Despesas com vendas		(87)	(52)	(1.952)	(1.194)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(92)	(18)	(6.568)	(3.147)
Administrativas e gerais		(30.766)	(19.715)	(59.936)	(36.215)
Provisões para contingências	31	(20.228)	(17.585)	(59.135)	(20.812)
Outras receitas e despesas	30	(106.587)	2.086	(259.750)	(9.021)
Resultado da avaliação de investimentos	11	(276.817)	(106.778)	(4.975)	(15.952)
Resultado operacional		(434.577)	(142.062)	(395.518)	(88.454)
Despesas financeiras	29	(87.730)	(86.639)	(222.927)	(150.014)
Receitas financeiras	29	22.987	132	104.595	2.244
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(499.320)	(228.569)	(513.850)	(236.224)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	20.2	504	(4.126)	425	(549)
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		(498.816)	(232.695)	(513.425)	(236.773)
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(498.816)	(232.695)
Participação dos acionistas não controladores				(14.609)	(4.078)
				(513.425)	(236.773)
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício				12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício				36.324.303	31.978.720
				48.951.535	44.605.952
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$				(11.247,17)	(5.678,18)
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$				(10.224,70)	(5.161,98)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos iniciais em 01 de Janeiro de 2024 (Reapresentado)	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.868.916)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.054.567)	5.001	(1.049.566)
Resultado do exercício					(232.695)						(232.695)	(4.078)	(236.773)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					(82.311)						(82.311)		(82.311)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(815)	(815)	(5)	(820)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.954)						(3.954)		(3.954)
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas					(25)	-					(25)	-	(25)
Outros resultados abrangentes											(4.794)	(5)	(4.799)
Resultado abrangente total											(319.800)	(4.083)	(323.883)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)							
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)							
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)							
Realização da reserva reavaliação					4.316		(4.316)						
Realização do custo atribuído ao imobilizado					664				(664)				
Saldos iniciais em 1 de Janeiro de 2025 (Reapresentado)	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.182.921)	231.404	16.914	24.663	21.357	797.488	(1.374.367)	918	(1.373.449)
Resultado do período					(498.816)						(498.816)	(14.609)	(513.425)
Ajuste de Av. Patrimonial										17.526	17.526	90	17.616
Outros resultados abrangentes											17.526	90	17.616
Resultado abrangente total											(481.290)	(14.519)	(495.809)
Aumento de capital conv. Debentures 16ª edição						4.977					4.977		4.977
Aumento de capital 12ª emissão						781					781		781
Aumento de capital - 392ª RCA de 20/08/2025	28.276										28.276		28.276
Aumento de capital Conv. em Debentures 6ª Em 392ª RCA de 20/08/2025						(4.008)					(4.008)		(4.008)
Aumento de capital Conv. em Debentures 10ª Em 392ª RCA de 20/08/2025						(4.363)					(4.363)		(4.363)
Aumento de capital Conv. em Debentures 10ª Em 392ª RCA de 20/08/2025						(4.972)					(4.972)		(4.972)
Aumento de capital Conv. em Debentures 12ª Em 392ª RCA de 20/08/2025						(19.906)					(19.906)		(19.906)
Aumento de capital Conv. em Debentures 6ª 31/10/2025	688					(688)							
Aumento de capital Conv. em Debentures 11ª 31/10/2025	3.521					(3.521)							
Conversão em Debentures						187.249					187.249		187.249
Estorno de Conversão em Debentures							(16.550)				(16.550)		(16.550)
Realização da reserva reavaliação								(505)			(505)		(505)
Realização do custo atribuído ao imobilizado					660				(660)				
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2025	576.172	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.681.077)	386.953	364	24.158	20.697	815.014	(1.684.678)	(13.601)	(1.698.279)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 31 de Dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Acumulado do Atual Período 01/01/2025 à 31/12/2025	Acumulado Período Anterior 01/01/2024 à 31/12/2024	Acumulado Atual Período 01/01/2025 à 31/12/2025	Acumulado Período Anterior 01/01/2024 à 31/12/2024
Resultado líquido do período	(498.816)	(232.695)	(498.816)	(232.695)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(14.609)	(4.078)
Ajuste patrimonial reflexo de investida	-	2.080	-	2.080
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)	-	(84.391)	-	(84.391)
Ajuste de Av. Patrimonial	17.526	(3.979)	23.374	(3.979)
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	-	(815)	-	(815)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior	-	-	-	(5)
Resultado abrangente do período	(481.290)	(319.800)	(490.051)	(323.883)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	(499.320)	(228.569)	(513.850)	(236.224)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	2.960	2.959	5.900	6.419
Impairment de Investimento	-	-	4.075	2.191
Resultado da avaliação de investimentos	276.817	106.778	4.975	15.952
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(16.866)	-	(16.956)	-
Ajuste de atualização de debêntures	155.549	19.482	155.549	19.482
Participação de acionistas não controladores	-	-	(14.609)	(4.078)
Juros sobre empréstimos	19.449	18.757	64.663	31.907
Provisões (Reversões)	20.228	11.415	59.135	15.871
Resultado do período ajustado	(41.183)	(69.178)	(251.118)	(148.480)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	44.318	(82)	132.054	(2.194)
Estoques	-	-	1.438	1.060
Títulos a receber	9	-	9	-
Dividendos a receber	-	-	14.796	-
Impostos a recuperar	3.791	(1.061)	(277)	13.950
Despesas antecipadas	-	-	-	314
Títulos e valores mobiliários	-	-	688	-
Outros créditos	51.613	(6.117)	64.873	(1.657)
	99.731	(7.260)	213.581	11.473
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(6.783)	(4.475)	(16.296)	(4.848)
Salários e encargos sociais	(3.543)	787	(53.764)	6.580
Impostos e contribuições a recolher	(15.376)	13.591	(2.514)	26.434
Dividendos propostos	-	-	(24)	-
Provisão de custos e encargos	10.262	-	10.262	-
Adiantamentos de clientes	-	(30)	(55.107)	22.327
Títulos a pagar	23.837	16.658	23.837	16.658
Outras contas a pagar	(9.880)	37.474	(175.874)	69.621
	(1.483)	64.005	(269.480)	136.772
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de operacionais	57.065	(12.433)	(307.017)	(235)
Atividades de investimentos				
Baixas de investimentos	-	-	9.896	-
Ágio sobre investimentos	-	-	379.820	-
Valores em garantia na alienação de investimentos	-	-	(35.787)	-
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	(2.506)	(204)
Baixas de imobilizado	-	-	3.799	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	(88.058)	10.085	60.845	(4.270)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	(88.058)	10.085	416.067	(4.474)
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	703	100
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	(1.484)	-	(74.703)	(69)
Amortização de financiamentos e empréstimos - juros	-	-	(50.476)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	-	1.313	-	3.084
Aumento de capital	32.485	-	32.485	-
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	31.001	1.313	(91.991)	3.115
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	8	(1.035)	17.059	(1.594)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	57	1.092	447	2.041
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	65	57	17.506	447
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	8	(1.035)	17.059	(1.594)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	(126.907)	2.068	(299.032)	7.352
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	7.959	5.678
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(92)	(18)	(6.568)	(3.147)
Outras Receitas / Despesas	(126.815)	2.086	(300.423)	4.821
Insumos adquiridos de terceiros	(22.769)	(29.909)	(69.151)	(58.245)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(7.091)	(5.690)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(22.769)	(29.909)	(62.060)	(52.555)
Valor adicionado bruto	(149.676)	(27.841)	(368.183)	(50.893)
Depreciação e Amortização	(2.959)	(2.960)	(6.453)	(6.584)
Valor adicionado líquido	(152.635)	(30.801)	(374.636)	(57.477)
Valor adicionado recebido em transferência	(253.830)	(106.646)	99.620	(13.708)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(276.817)	(106.778)	(4.975)	(15.952)
Receitas Financeiras	22.987	132	104.595	2.244
Valor adicionado total a distribuir	(406.465)	(137.447)	(275.016)	(71.185)
Distribuição do valor adicionado				
Bens destinado a vendas				
Pessoal	3.580	2.975	11.091	10.463
Salários e encargos	1.812	1.669	6.319	6.060
Benefícios	1.473	1.124	4.069	3.827
FGTS	295	182	703	576
Impostos, taxas e contribuições	99	4.752	3.374	4.053
Federais	99	4.752	2.838	3.556
Estaduais	-	-	502	480
Municipais	-	-	34	17
Remuneração de capitais de terceiros	88.673	87.521	223.945	151.072
Juros	87.730	86.639	222.927	150.014
Alugueis	943	882	1.018	1.058
Remuneração de capitais próprios	(498.817)	(232.695)	(513.426)	(236.773)
Resultado do Exercício	(498.817)	(232.695)	(498.817)	(232.695)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(14.609)	(4.078)
Valor adicionado total distribuído	(406.465)	(137.447)	(275.016)	(71.185)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, a fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados à geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; à exploração e ao beneficiamento de petróleo e gás; à infraestrutura para movimentação de cargas; ao transporte ferroviário e metroviário; à implantação e à expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; e a participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento, estamos buscando parcerias importantes nas áreas de manutenção de equipamentos de transporte ferroviário entre outros.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/14, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/14, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura e Investimentos S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.
- Venda da participação acionária no Fundo Inhaúma.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

1-Parcela da UPI IPM, que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (si) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item relevante a ser destacado refere-se às emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas com base nos lucros, sem qualquer deságio sobre o valor de face das dívidas novadas, e estruturadas com elementos alinhados às melhores práticas de governança corporativa.

Destaca-se, ainda, a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), mediante a integralização de ativos atualmente em fase final de negociação dos créditos. Esses créditos serão utilizados, prioritariamente, para a liquidação de passivos junto a instituições financeiras e demais credores.

Além dos créditos em discussão já integralizados no FIDC Taranis, a Companhia detém um volume expressivo de outros créditos da mesma natureza, que igualmente serão destinados à liquidação das dívidas concursais e extraconcursais.

As Organizações Inepar/lesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização desses ativos (claims) ao longo de sua história, e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a aproximadamente R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano nos últimos três anos.

Em 07/11/2022, a Companhia, cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz, o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Inepar emitiu Fato Relevante informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da Euroinvest, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realizava o "due diligence" sobre os ativos.

Em 07 de outubro de 2024, a Euroinvest requereu dilação de prazo para a realização do pagamento da UPI IPM/IOG, justificando que o atraso decorria de entraves burocráticos na abertura de conta "Escrow Account", em função da troca do banco anterior para o Banco Santander, fato que gerou mais atrasos no cumprimento das questões burocráticas e de compliance financeiro internacional.

Em 24 de março de 2025, a Companhia informou que, até a presente data, a Euroinvest não havia realizado o pagamento da UPI IPM IOG, estando pendente de decisão judicial o desfecho da alienação.

Em 04 de abril de 2025, a Companhia peticionou requerendo a intimação da Euroinvest para que informasse o prazo necessário para resolução das questões bancárias e a data final para efetivação do pagamento.

Em 04 de junho de 2025, foi publicado despacho judicial autorizando a Companhia a tratar da alienação da UPI IPM IOG junto a outros interessados, sendo, todavia, facultada à Euroinvest concluir o depósito do montante, com preferência, no prazo de 90 dias, e, sem preferência, após o referido prazo.

Atualmente, encontra-se pendente o pagamento referente à proposta da Euroinvest para aquisição das UPI's IPM e IOG.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 33,6	R\$ 33,6	R\$ 180,1
Classe II		Em discussão BNDES	-	R\$ 315,0
Classe III	-	-	-	R\$ 1.753,6
Classe IV	-	R\$ 13,6	R\$ 13,6	R\$ 31,1
TOTAL	-	R\$ 47,2	R\$ 47,2	R\$ 2.279,8

A Companhia continua empenhada em recompor sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos e equilibrar seu fluxo de caixa. Tem como objetivo encerrar o processo de recuperação judicial no menor prazo possível, por meio da busca contínua de novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 1.2 Reapresentação das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024

Considerando a intenção da administração da Companhia em aprimorar a atual forma de apresentação das operações com Partes Relacionadas, as quais haviam sido unificadas a partir do exercício de 2017, no sentido de segregar as operações com quirografários das operações usuais entre as companhias integrantes do Grupo Inepar, os saldos e operações intercompany foram revisitados no terceiro trimestre de 2025 e, como consequência, foram identificados erros de registros contábeis realizados no início da Recuperação Judicial, inerentes a rubrica de partes relacionadas.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros (IAS 8), a Companhia procedeu à reapresentação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, em razão da identificação de erro material que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”, e abaixo demonstrados.

Natureza do erro

No processo de revisão dos saldos contábeis na rubrica de Partes Relacionadas, a Administração identificou que foi constituída, indevidamente, por erro de interpretação à época, a baixa contábil de valores a receber, bem como a constituição de provisões, relativos aos valores pagos para Inepar Administração e Participações S.A., e às partes relacionadas Sadefem e TT Brasil, com a utilização das debêntures perpétuas/ações emitidas pela Inepar S.A. Indústria e Construções. O referido erro somente foi identificado no atual processo de revisão dos saldos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos intragrupo, de acordo com os critérios contábeis adotados e definidos no Plano de Recuperação devem ser registrados em conta específica, com a identificação de que se tratam pagamentos referentes aos créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo Inepar, os créditos Intragrupo poderão ser assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados desde que a referida compensação seja feita antes da Reorganização da estrutura de crédito. Em hipótese alguma haverá desembolso de valores para pagamento de quaisquer créditos intragrupo: (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano; (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação Judicial do Plano; e (iii) enquanto não sanado eventual inadimplemento no âmbito dos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.

Procedimentos adotados

Em atendimento ao CPC 23, a Companhia procedeu a correção retrospectiva do erro, com a reapresentação dos saldos comparativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como se o erro não tivesse ocorrido, sendo realizados os ajustes nos saldos patrimoniais em 01 de janeiro de 2024 (saldo inicial do período comparativo) e nas demonstrações das mutações do patrimônio em 01 de janeiro de 2024 (saldo inicial do período comparativo).

Os ajustes foram realizados conforme abaixo:

A) Ativo não circulante - Partes Relacionadas (débito) – R\$ 75.081

Ajuste referente aos valores mobiliários (debêntures perpétuas/ações) e que foram utilizados pela controladora Inepar Administração e Participações S/A, para liquidação das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial. As rubricas de partes relacionadas são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor líquido entre ativos e passivos.

B) Patrimônio Líquido - Prejuízos Acumulados (crédito) – R\$ 75.081

Ajuste foi registrado na rubrica de prejuízos acumulados, por se tratar de regularização de erro de exercícios anteriores, em conformidade com o CPC 23, contemplando o saldo inicial mais antigo comparativo.

Abaixo quadro demonstrando as alterações efetuadas nos saldos comparativos reapresentados nestas informações:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Saldo Original	Ajustes	Saldo	Saldo Original	Ajustes	Saldo
		31/12/2024		reapresentado	31/12/2024		reapresentado
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	-	57	447	-	447
Contas a receber de clientes	6	144	-	144	2.860	-	2.860
Títulos e valores mobiliários	7	9	-	9	9	-	9
Estoques	8	-	-	-	9.365	-	9.365
Tributos a recuperar	10	4.547	-	4.547	67.549	-	67.549
Dividendos a receber		-	-	-	14.796	-	14.796
Outros créditos	11	365	-	365	1.857	-	1.857
Total do ativo circulante		5.122	-	5.122	96.883	-	96.883
Não circulante							
Contas a receber clientes	6	44.532	-	44.532	133.999	-	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	688	-	688
Depósitos judiciais	31	57.418	-	57.418	77.086	-	77.086
Outros créditos	11	-	-	-	6.551	-	6.551
Investimentos	12	822.875	-	822.875	105.243	-	105.243
Imobilizado	13	69.245	-	69.245	120.879	-	120.879
Intangível	14	3	-	3	391.516	-	391.516
Total do ativo não circulante		994.073	-	994.073	835.962	-	835.962
Total do ativo		999.195	-	999.195	932.845	-	932.845

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Saldo Original	Ajustes	Saldo	Saldo Original	Ajustes	Saldo
		31/12/2024		reapresentado	31/12/2024		reapresentado
Circulante							
Fornecedores		26.188	-	26.188	60.231	-	60.231
Instituições financeiras	15	278.318	-	278.318	426.067	-	426.067
Debêntures	16	17.286	-	17.286	17.286	-	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.740	-	9.740	159.209	-	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	17	72.980	-	72.980	159.932	-	159.932
Dividendos propostos		3.317	-	3.317	3.341	-	3.341
Adiantamentos de clientes	20	-	-	-	58.338	-	58.338
Títulos a pagar		133.146	-	133.146	133.146	-	133.146
Outras contas a pagar	25	96.031	-	96.031	238.216	-	238.216
Total do passivo circulante		637.006	-	637.006	1.255.766	-	1.255.766
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Instituições financeiras	15	210.775	-	210.775	210.775	-	210.775
Debêntures	16	273.384	-	273.384	273.384	-	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	17	181.520	-	181.520	319.302	-	319.302
Partes relacionadas	22	261.578	(75.081)	186.497	94.034	(75.081)	18.953
Tributos diferidos	21.1	-	-	-	-	-	-
Títulos a pagar		-	-	-	14.960	-	14.960
Provisão de custos e encargos	19	2.303	-	2.303	2.303	-	2.303
Provisões para contingências	23	85.160	-	85.160	196.508	-	196.508
Provisão passivo à descoberto	24	796.917	-	796.917	12.911	-	12.911
Outras contas a pagar	25	-	-	-	1.432	-	1.432
Total do passivo não circulante		1.811.637	(75.081)	1.736.556	1.125.609	(75.081)	1.050.528
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora							
Capital social	26 a	543.687	-	543.687	543.687	-	543.687
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	-	(3.073)	(3.073)	-	(3.073)
Reservas de capital	26 b	184.417	-	184.417	184.417	-	184.417
Reserva de reavaliação	26 c	24.663	-	24.663	24.663	-	24.663
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	-	231.404	231.404	-	231.404
Créditos quirografários a converter	26 e	16.914	-	16.914	16.914	-	16.914
Prejuízos acumulados		(3.266.305)	75.081	(3.191.224)	(3.266.305)	75.081	(3.191.224)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	818.845	-	818.845	818.845	-	818.845
		(1.449.448)	75.081	(1.374.367)	(1.449.448)	75.081	(1.374.367)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)							
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minorit:		-	-	-	918	-	918
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.449.448)	75.081	(1.374.367)	(1.448.530)	75.081	(1.373.449)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo)		999.195	-	999.195	932.845	-	932.845

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de Dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controladores no patr. liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria	Custo atribuído AAP					Ajuste de avaliação patrimonial				
Saldos iniciais em 01 de Janeiro de 2024 (Reapresentado)	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.868.916)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.054.567)	5.305	(1.049.262)
Resultado do exercício					(57.005)						(57.005)	(1.762)	(58.767)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(340)	(340)	(46)	(386)
Outros resultados abrangentes											(340)	(46)	(386)
Resultado abrangente total											(56.305)	(1.808)	(58.113)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)							
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)				
Saldos Finais em 31 de Março de 2024 (Reapresentado)	542.626	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.924.715)	236.590	16.914	28.979	21.855	797.963	(1.110.872)	3.497	(1.107.375)
Resultado do exercício					(94.463)						(94.463)	(676)	(95.139)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(322)	(322)	39	(283)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.567)						(3.567)		(3.567)
Outros resultados abrangentes											(3.889)	39	(3.850)
Resultado abrangente total											(97.312)	(637)	(97.949)
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)							
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)							
Realização da reserva reavaliação					3.541		(3.541)						
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)				
Saldos Finais em 30 de Junho de 2024 (Reapresentado)	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.017.998)	231.404	16.914	25.438	21.689	797.641	(1.208.184)	2.860	(1.205.324)
Resultado do exercício					(11.403)						(11.403)	(580)	(11.983)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)													
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)					(84.391)						(84.391)		(84.391)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(56)	(56)	1	(55)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior													
Ajuste de Av. Patrimonial					(25)						(25)		(25)
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas													
Conversão de debêntures perpétuas													
Outros resultados abrangentes											(84.472)	1	(84.471)
Resultado abrangente total											(95.875)	(579)	(96.454)
Realização da reserva reavaliação					388		(388)						
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)				
Saldos finais em 30 de Setembro de 2024 (Reapresentado)	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.113.263)	231.404	16.914	25.050	21.523	797.585	(1.304.059)	1.673	(1.302.386)
Resultado do exercício					(69.824)						(69.824)	(1.060)	(70.884)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(97)	(97)	1	(96)
Ajuste de Av. Patrimonial					(387)						(387)		(387)
Outros resultados abrangentes											(484)	1	(483)
Resultado abrangente total											(70.308)	(1.059)	(71.367)
Realização da reserva reavaliação					387		(387)						
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)				
Saldos finais em 31 de Dezembro de 2024 (Reapresentado)	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.182.921)	231.404	16.914	24.663	21.357	797.488	(1.374.367)	918	(1.373.449)

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidada

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2026.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente, “CPCs”) emitidos pelo Comitê de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e bem como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A. Indústria e Construções e de suas controladas, apresentadas a seguir:

Empresas	Participação - %	
	31/12/2025	31/12/2024
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensadas entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e sendo apresentados em milhares de reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento, e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação, e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída com base na expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, da mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010, a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos os custos de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante, decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou, até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de Arrendamento Mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de Arrendamento Mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação, passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear, ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados, e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto, a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato, em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, e intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes, que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- CPC 40 e 48 / IFRS 7 e 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;
- CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis.

O CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis, correspondente à IFRS 18, foi aprovado pelo CPC em 10 de outubro de 2025, divulgado em 7 de janeiro de 2026 e aprovado pela CVM por meio da Resolução CVM nº 237, de 23 de dezembro de 2025.

Esse pronunciamento substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A nova norma será aplicável aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027 e introduz alterações relacionadas, principalmente, à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, com destaque para a estrutura da demonstração do resultado, os critérios de agregação e desagregação de informações e as divulgações relativas a medidas de desempenho definidas pela administração, quando aplicáveis.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não concluiu a avaliação completa dos impactos decorrentes da adoção inicial do CPC 51. Com base na avaliação preliminar realizada até o momento, a Administração entende que os principais efeitos esperados estarão relacionados à apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais normas, interpretações e alterações possam ter sobre suas demonstrações financeiras, na medida em que esses normativos sejam regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em relação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco, a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Reapresentado Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Reapresentado Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	26.188	26.188
Aplicações financeiras	57	-	57	Empréstimos e financ.	278.318	278.318
Contas a receber	-	144	144	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos		365	365	Outras contas a pagar	96.031	96.031
Total circulante	57	518	575	Total circulante	550.969	550.969
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	210.775	210.775
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	273.384	273.384
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	484.159	484.159
TOTAL GERAL	57	45.050	45.107	TOTAL GERAL	1.035.128	1.035.128

Ativos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras	37	-	37	Fornecedores	19.405	19.405
Contas a receber	-	358	358	Empréstimos e financ.	311.782	311.782
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	18.591	18.591
Outros créditos	-	371	371	Títulos a pagar	156.983	156.983
				Outras contas a pagar	51.233	51.233
Total circulante	37	729	766	Total circulante	557.994	557.994
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	28	-	28	Empréstimos e financ.	195.277	195.277
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Total não circulante	28	-	28	Outras contas a pagar	1.234	1.234
TOTAL GERAL	65	729	794	TOTAL GERAL	1.044.895	1.044.895

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Reapresentado				Reapresentado	
	Consolidado				Consolidado	
Ativos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	126	-	126	Fornecedores	60.231	60.231
Aplicações financeiras	321	-	321	Empréstimos e financiam.	426.067	426.067
Contas a receber	-	2.860	2.860	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	1.857	1.857	Outras contas a pagar	238.216	238.216
Total circulante	447	4.726	5.173	Total circulante	874.946	874.946
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	210.775	210.775
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	273.384	273.384
Outros créditos	-	6.551	6.551	Outras contas a pagar	1.432	1.432
Total não circulante	-	141.238	141.238	Total não circulante	485.591	485.591
TOTAL GERAL	447	145.964	146.411	TOTAL GERAL	1.360.537	1.360.537

	Consolidado				Consolidado	
	Consolidado				Consolidado	
Ativos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos financeiros em 31/12/2025 conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>		
Caixa e bancos	116	-	116	Fornecedores	43.936	43.936
Aplicações financeiras	17.204	-	17.204	Empréstimos e financiam.	324.494	324.494
Contas a receber	-	4.805	4.805	Debêntures	18.591	18.591
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Títulos a pagar	156.983	156.983
Outros créditos	-	37.029	37.029	Outras contas a pagar	69.228	69.228
Total circulante	17.320	41.834	59.154	Total circulante	613.232	613.232
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>		
Aplicações financeiras	186	-	186	Empréstimos e financiam.	195.277	195.277
Títulos valores mobiliários	-	-	-	Debêntures	290.390	290.390
Outros créditos	-	-	-	Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	2.743	2.743
Total não circulante	186	-	186	Total não circulante	503.370	503.370
TOTAL GERAL	17.506	41.834	59.340	TOTAL GERAL	1.116.602	1.116.602

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e Equivalentes e Caixa

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	6	-	86	126
Aplicação financeira	59	57	17.420	321
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	65	57	17.506	447
Circulante	37	57	17.320	447
Não circulante	28	-	186	-

A partir do 2º trimestre de 2025, as aplicações financeiras referentes a valores bloqueados em contas, em decorrência de processos trabalhistas, foram reclassificadas para o longo prazo. Dessa forma, tais aplicações, no montante R\$ 28 na controladora e R\$ 186 no consolidado, não apresentam liquidez imediata, permanecendo remuneradas pelos índices da poupança. Os departamentos Jurídico e Financeiro encontram-se empenhados em regularizar os referidos bloqueios, com o objetivo de viabilizar o resgate dos valores retidos.

As demais aplicações financeiras, no montante de R\$ 17.320, classificadas no curto prazo no consolidado, pertencem às empresas controladas e são remuneradas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), e são oriundas de recebimentos de operações operacionais e não operacionais.

Nossas aplicações e movimentações financeiras são efetuadas em instituições de credibilidade comprovada e sem riscos de insolvência. Ressalta-se que não mantemos transações com o Banco Master.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes interno (a)	6.237	50.554	73.515	222.368
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.879)	(5.878)	(68.710)	(85.509)
	358	44.676	4.805	136.859
Circulante	358	144	4.805	2.860
Não circulante	-	44.532	-	133.999

a) No saldo de Clientes Interno, no consolidado em 31 de dezembro de 2024, estava incluído o montante de R\$ 133.999, e na controladora, R\$ 44.532, correspondentes a *claims* discutidos judicialmente, reconhecidos contabilmente em 30 de junho de 2021 e março de 2022. A contabilização foi realizada em função do estágio avançado dos referidos processos judiciais. Por se tratar de ativos contingentes, e não tendo ocorrido a respectiva monetização no período, a Companhia optou, no 2º trimestre de 2025, por estornar o montante de R\$ 133.999, bem como as respectivas provisões de impostos correlatas.

Os processos judiciais relacionados a esses *claims*, permanecem ativos, aguardando decisões finais quanto a sua realização.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Títulos diversos	-	9	-	697
	-	9	-	697
Circulante	-	9	-	9
Não circulante	-	-	-	688

Em 30 de junho de 2025, foi realizado o teste de recuperabilidade (*impairment*) sobre o valor de R\$ 688, referente aos Títulos da Dívida Pública (TDPs) registrados na controlada Penta Participações e Investimentos Ltda, em razão da ausência de evidências que suportem a realização desses ativos, eles foram provisionados para a conta de resultado.

Com relação ao valor de R\$ 9, registrado em 31 de dezembro de 2024 na controladora e no consolidado, esse montante refere-se à aquisição de ações. Em 30 de junho de 2025, foi realizado o teste de recuperabilidade desses instrumentos e, diante da inexistência de evidências que confirmem a validade e a recuperabilidade econômica das referidas ações, procedeu-se às respectivas baixas.

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos em elaboração	-	-	5.871	3.988
Insumos e materiais	-	-	1.868	5.038
Adiantamentos a fornecedores	-	-	188	339
	-	-	7.927	9.365

A variação ocorrida na rubrica de Produtos em Elaboração decorre da apropriação de custos incorridos em projetos em andamento, para os quais ainda não houve emissão das respectivas faturas ou reconhecimento de receita, conforme os critérios estabelecidos no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Esses custos permanecem registrados no ativo até que sejam reconhecidas as receitas correspondentes, momento em que são transferidos ao resultado, em consonância com o CPC 16 – Estoques, na medida em que representam bens ou serviços em processo de execução.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 9 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a compensar (a)	-	11	56.700	53.745
ICMS a recuperar	-	-	640	398
IPI a recuperar	756	756	961	960
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	-	642	598
Demais créditos (b)	-	3.780	8.883	11.848
	756	4.547	67.826	67.549
Circulante	756	4.547	67.826	67.549

- a) Os valores apresentados no consolidado referem-se, principalmente, à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Esses valores vêm sendo utilizados, por meio de PER/DCOMP, para a liquidação de impostos correntes.

A variação dos saldos observada em relação ao período encerrado em dezembro de 2024 decorre da atualização financeira.

Portanto, os créditos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS não devem ser considerados como receitas tributáveis, conforme decisão do STF proferida no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR (Tema 69).

- b) Corresponde, em sua maioria, a créditos do Programa Reintegra e a processos administrativos de pedidos de restituição de contribuições previdenciárias (INSS), recolhidas indevidamente junto à Receita Federal do Brasil.

Nota 10 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Empregados	371	361	769	825
Outros créditos (a)	-	4	36.265	7.583
Total	371	365	37.034	8.408
Circulante	371	365	37.029	1.857
Não circulante	-	-	5	6.551

- a) Na rubrica de Outros Créditos, no consolidado em 31 de dezembro de 2024, estava incluído o montante de R\$ 6.551, relativo ao cumprimento de sentença nº 0100375-40.2006.8.26.0053, relativo ao contrato nº 008.003.100, em trâmite na 13ª Vara Cível, movido contra a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô - SP.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio do Termo de Pagamento de Transação e Quitação, firmado entre o Metrô - SP e a Inepar em 20 de fevereiro de 2024 e concluído em abril de 2025, foi estabelecida a liquidação de diversos processos cíveis envolvendo ambas as Companhias.

Consta, ainda, em 31 de dezembro de 2025, na mesma rubrica de Outros Créditos, no consolidado, o valor referente ao saldo da garantia constituída durante a negociação da alienação do Estaleiro Inhaúma, celebrada com a ICTSI, no montante de R\$ 57,7 milhões, com vigência de cinco anos, destinada à liquidação de ações trabalhistas, com o objetivo de mitigar riscos e responsabilidades para a ICTSI.

Do valor original de R\$ 57,7 milhões, permanecia, em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 35,7 milhões, correspondente ao montante ainda vinculado à finalidade da referida garantia.

O valor garantido vem sendo restituído à medida que os respectivos processos trabalhistas são liquidados pela Inepar.

Nota 11 – Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação em controladas/coligadas (a)	779.215	822.875	47.240	61.190
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	43.497	44.053
	779.215	822.875	90.737	105.243

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Resultado	
						Valor do investimento	Equivalência 31/12/2024
Em 31 de dezembro de 2024							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	236.780	1.024.109	(90.617)	(787.329)	100,00%	-	(90.616)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.133	13.112	616	171.021	99,99%	172.004	599
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	292.713	42.847	(1.528)	249.866	100,00%	249.866	(1.531)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	-	(12)
CBD Adm e Participações S.A.	436.669	36.094	(75)	400.575	99,99%	400.523	(125)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.404	5.341	(1.691)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	0,00%	480	-
						822.875	(106.778)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Resultado	
						Valor do investimento	Equivalência 31/12/2025
Em 31 de dezembro de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	437.433	825.472	(231.305)	(1.031.600)	100,00%	-	(231.305)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.289	12.216	51	172.073	99,99%	172.055	51
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	330.045	86.855	(6.757)	243.190	100,00%	243.190	(6.757)
Innovida Participações S.A.	18.709	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	-	(34)
CBD Adm e Participações S.A.	363.751	261	(39.217)	363.490	99,99%	363.490	(38.771)
Enisa Inovação e Infraestrutura	17.096	2.515	(934)	14.581	0,01%	-	(1)
Fidc Tarânis	619.117	10.249	-	608.868	0,00%	480	-
						779.215	(276.817)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de dezembro de 2024							
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676)	83.564	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	(1.164)	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis (c)	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	184.133	13.112	616	171.021	100,00%	-	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-	-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PATICIPAÇÕES S A	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	420.639	20.114	(125)	400.639	99,9998%	2.988	(119)
						105.243	(15.952)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado Equivalência
Em 31 de dezembro de 2025							
QUIP S.A.	75.875	95.471	(19.596)	(88.165)	13,25%	-	(2.596)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	-	-
QGI BRASIL	155.446	4.102	110	151.344	19,53%	29.558	22
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.163)	(54)	(1.165)	35,00%	-	(19)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	43.497	-
FIDC Tarânis (iv)	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
INNOVIDA PATICIPAÇÕES S A	18.710	28.203	(34)	(9.494)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	363.751	261	(38.772)	363.490	99,9998%	2.345	(2.382)
						90.737	(4.975)

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia controladora efetuou uma capitalização em 2003, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003, e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07 de abril de 2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja visto que, indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31 de março de 2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE de 29 de junho de 2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$ 986, mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Portbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28 de junho de 2019, foi deliberado sobre o aumento do capital de R\$ 2.636, mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme ata da AGE de 21 de junho de 2024, foi aprovado o aumento do capital de R\$ 74.999, mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

Em 01 de julho de 2024, foi celebrado Memorando de Entendimentos para Aluguel, pelo Fundo Estaleiro para a ICTSI, do imóvel de propriedade da CBD, e de uma eventual aquisição, pela ICTSI, da parcela das ações de emissão da CBD objeto de futura compra e venda de participação ou das cotas do Fundo Estaleiro correspondentes ao imóvel objeto de locação.

Em 25 de julho de 2024, foi aprovada a alteração da razão social, da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A, para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30 de agosto de 2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Em 13 de setembro de 2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24 de setembro de 2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25 de setembro de 2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30 de setembro de 2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituída uma classe única de cotas.

Em 18 de outubro de 2024, através da AGE da CBD – Diques, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo remanescente de R\$ 26,1 milhões, foi vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2 milhões, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Os valores correspondentes à 37,82% do patrimônio da CBD – Diques, e as 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, foram contabilizadas na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 01 de novembro de 2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliários – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, CBD-Administração e Participações S/A, apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Valores em milhares:

	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO		
Circulante	36.698	11
Não Circulante		
Partes relacionadas	313.016	16.231
Investimentos	2.344	12.884
Intangível	11.693	391.513
Total do Ativo	363.751	420.639

	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO		
Circulante	261	20.114
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	(90)	(90)
Prejuízos acumulados	(39.217)	(444)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.738	-
Total do Passivo	363.751	420.639

Os valores dos Investimentos e do Intangível, referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Descrição		
Cotas do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário (a)	-	9.896
Companhia Brasileira de Diques S/A (b)	2.344	2.988
Ágio s/investimentos Companhia Brasileira de Diques S/A	11.693	391.513
	14.037	404.397

- a) Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2025, a controlada CBD Administração e Participações S.A., alienou sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente à 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos). A liquidação ocorreu no mercado de balcão organizado, operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") em 17 de abril de 2025.

Adicionalmente, foi esclarecido que o Estaleiro Inhaúma é composto por três imóveis distintos, sendo que apenas um deles, de propriedade do referido Fundo de Investimentos Imobiliário, foi objeto da alienação. Os demais imóveis permanecem sob titularidade da CBD-Diques.

A alienação foi inicialmente acordada no montante de R\$ 359,6 milhões, conforme mencionado no referido fato relevante. Entretanto, o valor final da operação foi ajustado para R\$ 348,0 milhões, em razão do cumprimento de condições precedentes estabelecidas no contrato de compra e venda, destacando-se a dedução do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), das taxas de Laudêmio, bem como de outras obrigações contratuais. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.490, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no contrato, a operação foi concluída em 17 de abril de 2025, ocasião em que a Companhia recebeu os saldos líquidos dos recursos decorrentes da alienação.

Na nota explicativa 30 apresentamos o resultado dessa alienação.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

- b) O saldo de R\$ 3.380 mil, representa a participação de 37,82% sobre o patrimônio líquido da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme definido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, emitida em 18 de outubro de 2024.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) O Fundo Taranis: Em abril de 2019, as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da Companhia amparada por seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios), entende que há previsibilidade de que o FIDC possa gerar ganhos que, mensurados a valor presente, chegam a R\$ 619 milhões, valor este correspondente às cotas subordinadas apresentadas no fundo.

Observações:

O Fundo Taranis, foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 31/12/2025, a carteira do Fundo está composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no Fundo, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

As despesas incorridas nessa operação do Fundo no montante de R\$ 10.262 milhões estão contabilizadas em contas de provisão para perdas. (Apresentado na nota 18)

A Inepar, apresenta, no Relatório da Administração/Comentários de Desempenho os valores dessa operação do Fundo, objetivando a transparência nas informações divulgadas Companhia.

b) Propriedade para Investimentos:

A propriedade para investimento está representada por um imóvel localizado na Rodovia BR-116 (Rio–Teresópolis), bairro Iriri, município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. – Em Recuperação Judicial.

O referido imóvel encontra-se locado, sendo os valores de aluguel recebidos repassados aos credores bancários Polo Recuperação de Créditos e Petros Fundo de Investimentos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imóvel foi oferecido em dação em pagamento para liquidação integral da dívida junto aos referidos credores. Entretanto, a efetiva liquidação da obrigação está sendo discutida judicialmente entre as partes, motivo pelo qual o ativo permanece registrado na Companhia até a conclusão definitiva do litígio.,

Conforme as orientações previstas no CPC 28 – Propriedade para Investimento, o bem é classificado no Ativo Não Circulante, dentro do subgrupo de Investimentos, por ser mantido com o objetivo de obtenção de renda (aluguéis) e valorização de capital, sem relação direta com a atividade operacional da Companhia.

Dessa forma, adotou-se o critério de mensuração pelo valor justo.

Em 05 de maio de 2025, foi emitido laudo de avaliação elaborado por profissional legalmente habilitado, atendendo a determinação judicial, com o objetivo de determinar o valor de mercado de compra e venda e o valor de liquidação forçada do imóvel mencionado.

De acordo com o referido laudo, o valor de mercado de compra e venda, em abril de 2025, foi estimado em R\$ 48,3 milhões, enquanto o valor de liquidação forçada foi apurado em R\$ 38,6 milhões.

O laudo foi elaborado em conformidade com o Código de Ética Profissional do CONFEA e as normas do IBAPE/RJ, observando os parâmetros estabelecidos pela ABNT NBR 14.653-2:2011 – Avaliação de Bens – Imóveis Urbanos.

Na avaliação foi adotado o método evolutivo, em que:

- o valor do terreno foi obtido pelo método comparativo de dados de mercado, com utilização de modelo linear, resultando em Grau de Fundamentação I e Grau de Precisão II, conforme os critérios da norma técnica; e
- o valor das benfeitorias foi determinado com base no custo de reedição, ou seja, o valor estimado necessário para reproduzir o bem nas mesmas condições e características atuais, considerando preços, materiais e mão de obra vigentes à data-base da avaliação.

Por esse método, o valor de mercado do imóvel é obtido mediante comparação com propriedades similares negociadas ou ofertadas no mercado imobiliário, assegurando alto grau de confiabilidade e aderência às condições de mercado observadas no universo da pesquisa.

Para a determinação do valor contábil, adotou-se a média entre o valor de mercado e o valor de liquidação forçada, considerando-se o cenário econômico e as premissas utilizadas para avaliação dos ativos.

De acordo com o laudo de avaliação emitido em 05 de maio de 2025, foram efetuados, neste trimestre, ajustes contábeis no valor de R\$ 556, a fim de adequar os saldos aos valores apurados no referido laudo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 12 – Imobilizado

Controladora	Edificações e Máquinas e			Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	(58.679)
Valor contábil líquido	10.188	58.836	221	69.245
Depreciação	-	(2.942)	(18)	(2.960)
Saldo Final	10.188	55.894	203	66.285
Em 31 de Dezembro de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(60.497)	(1.142)	(61.639)
Valor contábil líquido	10.188	55.894	203	66.285

Consolidado	Edificações e Máquinas e Móveis e Equipamentos					Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	8.722	1.274	246.217
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	(8.497)	(1.179)	(125.338)
Valor contábil líquido	14.588	78.955	26.990	26	225	95	120.879
Adições	-	-	1.120	9	17	1.360	2.506
Baixas	-	(431)	(3.407)	-	-	-	(3.838)
Depreciação	-	(3.298)	(2.543)	(2)	(18)	-	(5.861)
Saldo Final	14.588	75.226	22.160	33	224	1.455	113.686
Em 31 de Dezembro de 2025							
Custo	14.588	146.241	72.050	4.471	8.739	2.634	248.723
Depreciação Acumulada	-	(71.015)	(49.890)	(4.438)	(8.515)	(1.179)	(135.037)
Valor contábil líquido	14.588	75.226	22.160	33	224	1.455	113.686

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com as leis 638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida, bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram: o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos, e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Nota 13 – Intangível

CONSOLIDADO	Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2024			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	60	391.513	391.573
Amortização	(57)	-	(57)
Baixas		(379.820)	(379.820)
Saldo Final	3	11.693	11.696
Em 31 de Dezembro de 2025			
Custo	35.007	11.693	46.700
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
Valor contábil líquido	3	11.693	11.696

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perpez o valor total de R\$ 1.217.468.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor do ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, relativo ao investimento anteriormente registrado na controladora, foi aportado na controlada CBD Administração e Participações S.A., conforme deliberado na 2ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Conforme fato relevante em 22/04/2025, a sua controlada CBD Administração e Participações S.A., vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% de seu patrimônio líquido, pelo valor de R\$ 359.653.172,44 (trezentos e cinquenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") na data de 17/04/2025.

Após o cumprimento das obrigações precedentes, o fechamento ocorreu em 17/04/2025, e seus efeitos estão registrados contabilmente nesse trimestre.

Em decorrência da alienação da participação de 37,812% no patrimônio líquido do Fundo de Investimentos Imobiliários, procedeu-se à baixa parcial do ágio registrado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro, em contrapartida da conta de Outras Receitas e Despesas (nota explicativa 30).

O ágio, no montante de R\$ 391,5 milhões, foi registrado à época com base em laudos de avaliação elaborados por empresa independente, conforme previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Em atendimento às disposições do CPC 04 – Ativo Intangível, o ágio foi mantido como ativo até a conclusão da transação, sendo parcialmente amortizado como parte do custo da alienação, o que impactou a linha de "Outras Receitas e Despesas Operacionais" no exercício de 2025, no montante de R\$ 379,8 milhões.

A alocação do ágio foi efetuada conforme as particularidades do imóvel, consideradas individualmente em cada uma de suas porções, representadas pelas respectivas matrículas, de acordo com o laudo emitido pela empresa NVR Auditores e Consultores. Esse laudo teve por objetivo a avaliação de ativos e passivos da empresa, para fins de desdobramento do valor do ágio ou deságio, com base em procedimentos específicos relacionados ao *Purchase Price Allocation* (PPA).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 – Instituições Financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	311.103	276.871	311.104	276.871
Capital de Giro	679	1.447	13.390	149.196
Total Circulante	311.782	278.318	324.494	426.067
Não Circulante				
Modalidade				
Ativo Permanente	151.801	171.881	151.801	171.881
Capital de Giro	43.476	38.894	43.476	38.894
Total Não Circulante	195.277	210.775	195.277	210.775
Total de Empréstimos e Financiamentos	507.059	489.093	519.771	636.842
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	311.783	278.318	324.394	425.967
Em até 12 meses	19.951	19.341	20.050	19.441
De 1 a 2 anos	30.265	28.526	30.265	28.526
De 2 a 3 anos	30.265	28.526	30.265	28.526
De 3 a 4 anos	30.265	28.526	30.265	28.526
De 4 a 5 anos	30.265	28.526	30.265	28.526
Acima de 5 anos	54.265	77.330	54.267	77.330
Total de Empréstimos e Financiamentos	507.059	489.093	519.771	636.842
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	507.059	489.093	519.771	636.842
Total de Empréstimos e Financiamentos	507.059	489.093	519.771	636.842

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes e bens imóveis que atualmente não estão sendo utilizados como operacionais pela Empresa, tais como os imóveis em Magé e Macaé.

As variações ocorridas na controladora entre 31/12/2024 e 31/12/2025, referem-se as atualizações financeiras dos passivos, destacando, principalmente, os valores relacionados ao BNDES e Fundação Petros.

No consolidado, verificou-se uma redução no saldo de empréstimos e financiamentos, de R\$ 636,8 milhões em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 519,7 milhões em 31 de dezembro de 2025.

A variação de R\$ 43 milhões decorre da liquidação do processo de cobrança de dívida movido pelo CCB – China Construction Bank, cujo crédito foi cedido pelo banco a terceiros e, posteriormente, teve seu pagamento negociado

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo montante de R\$ 99 milhões. O valor que se encontrava provisionado contabilmente era de R\$ 56 milhões, motivo pelo qual houve o reconhecimento adicional de despesas no montante de R\$ 43 milhões.

O valor da negociação para pagamento da dívida foi formalizado por meio de Instrumento Particular e Outras Avenças, assinado em 9 de junho de 2025.

O valor do deságio obtido nessa negociação foi de R\$ 30,5 milhões, e o pagamento se deu por meio de Debêntures Perpétuas da 4ª Emissão de Valores Mobiliários, instrumento previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Os valores devidos à MDC Assessoria Empresarial S.A., no montante de R\$ 57,2 milhões, referentes a contratos de mútuo, empréstimos e cessão de direitos creditórios, anteriormente classificados no grupo de Empréstimos e Financiamentos, foram reclassificados para a rubrica de Partes relacionadas.

Essa reclassificação decorreu da reconciliação contábil integral das operações realizadas com Partes Relacionadas, efetuada no âmbito do processo de revisão dos saldos contábeis.

Nota 15 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	31/12/2024	Adições/Baixas	31/12/2025
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.525	15	2.540
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.128	753	6.881
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	282.017	17.543	299.561
		290.670	18.311	308.981
Circulante		17.286		18.591
Não circulante		273.384		290.390

Terceira emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: Será liquidada com o saldo das debêntures perpétuas emitidas.

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento particular de transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios e de aplicação financeira e alienação fiduciária de bem imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo, atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trata-se de ação de execução inicialmente movida por BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciária da Escritura da 5ª Emissão de Debêntures de Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, tendo figurado como fiadoras e demais garantidoras Inepar Administração e Participações S.A. – Em Recuperação Judicial, Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e Ilesa Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (“5ª Emissão de Debêntures”).

O acordo celebrado em 31/03/2021 foi declarado antecipadamente vencido pelos Debenturistas. Em razão disso, o credor iniciou a execução da dívida, requerendo, entre outras medidas, a liquidação das cotas do FIDC Taranis, do qual os Debenturistas são detentores de 172 mil cotas.

A Inepar tomou as medidas necessárias visando à extinção da execução no valor pretendido, diante da tese de concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão. Eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei nº 11.101/2005, e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial aplicável aos credores quirografários.

Nota 16- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	177.410	187.636	336.677	342.547
ICMS a recolher/ parcelamentos	33.205	42.307	40.517	58.165
Inss a recolher	25	47	49	287
Pis/Cofins Diferidos	2.889	4.938	14.012	22.086
ISS a recolher/Parcelamentos	9.988	9.670	36.028	33.768
Pis/Cofins a recolher	139	913	2.686	5.421
Impostos e Contribuições retidos na fonte	148	1.677	650	3.421
Parcelamento Simplificado RFB	2.340	4.907	2.688	5.124
Parcelamento PGFN Convencional 2025	31	-	9.694	-
Parcelamento PGFN Edital PGDAU nº 6/2024	11.255	812	25.831	2.973
Outros	1.694	1.593	7.888	5.442
	239.124	254.500	476.720	479.234
Circulante	46.789	72.980	180.509	159.932
Não circulante	192.335	181.520	296.211	319.302

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débitos” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% da dívida.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN, foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361, consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foi diferida, nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões, e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Desta forma, esses pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Os vencimentos dos débitos previdenciários ocorreram a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029.

O saldo do passivo tributário consolidado totalizava R\$ 476.719 mil em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 479.234 mil em 31 de dezembro de 2024.

A redução verificada decorre, principalmente, dos parcelamentos ordinários firmados no primeiro semestre de 2025, que resultaram na diminuição dos encargos de juros e multas, bem como do pagamento da parcela referente à transação tributária.

Essas ações refletem a continuidade dos esforços de regularização fiscal e o cumprimento das obrigações tributárias pela Companhia.

Nota 17 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	151	454	1.457	2.344
Rescisões a pagar	723	726	47.490	70.103
FGTS a recolher	3.938	4.964	33.220	48.920
Sesi/ Senai	-	-	15.753	14.753
Provisões de férias e 13º salário	660	677	2.956	2.996
IRRF a recolher	162	639	2.171	6.810
INSS a recolher	543	2.262	2.360	13.241
Outras obrigações a recolher	20	18	38	42
	6.197	9.740	105.445	159.209
Circulante	6.197	9.740	105.445	159.209

O saldo das obrigações trabalhistas consolidadas totalizava R\$ 105.445 em 31 de dezembro de 2025, ante R\$ 159.209 em 31 de dezembro de 2024.

Destaca-se que nesses saldos estão incluídas as obrigações devidas ao Sesi/Senai, todas já vencidas.

A redução do saldo decorre, principalmente, dos pagamentos efetuados com os recursos provenientes da operação de venda da participação na Companhia Brasileira de Diques – CBD.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, contribuiu para a redução dos saldos a realização de encontros de contas com depósitos judiciais anteriormente pendentes de resgates, utilizados para compensação de obrigações trabalhistas, no montante de R\$ 5,5 milhões.

Os saldos a pagar referentes às rescisões trabalhistas, incluídos nos processos judiciais em andamento, foram deduzidos dos respectivos valores registrados nas provisões para contingências por ocasião de sua constituição, de modo a evitar dupla contabilização.

Cabe ressaltar que, no momento do ajuizamento dos processos trabalhistas, são incluídas todas as verbas rescisórias e demais reivindicações apresentadas pelos reclamantes, o que dificulta a segregação individualizada dos respectivos valores até a conclusão definitiva das ações.

Nota 18 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS s/Receitas(a)	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão Fundo Taranis (b)	10.262	-	10.262	-
	12.565	2.303	12.565	2.303
Não circulante	12.565	2.303	12.565	2.303

a) O montante de R\$ 2.303 mil, registrado tanto na controladora quanto no consolidado, corresponde à provisão de ICMS incidente sobre receitas já reconhecidas, porém ainda não faturadas, em razão de disputas judiciais em andamento entre a Companhia e o cliente.

b) Refere-se às despesas administrativas incorridas pelo Fundo Taranis desde a sua constituição, registradas em conta de provisões para despesas no presente exercício.

Nota 19 - Adiantamentos de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	30	58.338	36.011
Adições/ Baixas	-	(30)	(55.107)	22.327
Saldo Final	-	-	3.231	58.338

Os saldos de adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, bem como às antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores já reconhecidos em receitas, em razão do avanço físico das obras e dos faturamentos realizados.

No exercício, foram efetuadas baixas decorrentes dos valores recebidos da empresa ICTSI América B.V., no montante de R\$ 20.114 mil, a título de antecipação das negociações relativas ao Estaleiro Inhaúma, valores estes anteriormente registrados no consolidado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme previsto em contrato, os valores adiantados seriam deduzidos do preço final da transação, caso a alienação do Estaleiro fosse concluída. Alternativamente, na hipótese de não concretização da venda, tais valores seriam considerados como adiantamentos referentes aos aluguéis do Estaleiro.

Com a conclusão das negociações em abril de 2025, os valores adiantados foram abatidos do preço final da transação, conforme os termos contratuais.

Nesse exercício, foram efetuadas baixas dos saldos de adiantamentos, mediante encontro de contas com clientes a receber ou pelo reconhecimento em conta de receitas, considerando que parte dos valores se encontrava pendente de decisão judicial.

Após análise individualizada de cada valor recebido, as respectivas baixas foram devidamente registradas, refletindo a realização efetiva dos créditos e a conclusão das tratativas contratuais.

Nota 20 - Tributos Diferidos

20.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, e pela Deliberação CVM nº 599/09 e pela Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora							Efeito Líquido Ativo e Passivo Total
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				Total	
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Impostos s/ Lucro Estatais	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil		
Em 31 de dezembro de 2024	32.883	32.883	13.104	8.560	10.790	429	32.883	-
Constituição dos Tributos	132	132	-	-	-	132	132	-
Baixa dos Tributos	(9.560)	(9.560)	(659)	(8.560)	(341)	-	(9.560)	-
Em 31 de dezembro de 2025	23.455	23.455	12.445	-	10.449	561	23.455	-

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Consolidado					Tributos Diferidos Passivos		Líquido
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Impostos s/ Lucros Estatais	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	Total	Ativo e Passivo
Em 31 de dezembro de 2024	81.393	81.393	13.104	37.564	5.985	12.067	12.673	81.393	-	
Constituição dos Tributos	372	372	-	-	-	-	372	372	-	
Baixa dos Tributos	(41.743)	(41.743)	(659)	(37.564)	(189)	(1.131)	(2.200)	(41.743)	-	
Em 31 de dezembro de 2025	40.022	40.022	12.445	-	5.796	10.936	10.845	40.022	-	

No exercício de 2025, os tributos diferidos estão registrados nas Demonstrações Financeiras pelo valor líquido, ou seja, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados de forma compensada, resultantes do encontro de contas entre valores de mesma natureza e exigibilidade, conforme permitido pelas normas contábeis aplicáveis.

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(499.321)	(228.569)	(513.851)	(236.224)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	277.321	102.652	5.400	15.403
Resultado de Equivalência Patrimonial	(276.817)	(106.778)	(4.975)	(15.952)
IRPJ / CSLL no Resultado	504	(4.126)	425	(549)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	504	(4.126)	425	(549)
Alíquota Efetiva	-0,10%	1,81%	-0,08%	0,23%

No exercício anterior, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Nota 21 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos compatíveis com as condições usuais de mercado, destacando que não se limitam as transações com partes relacionadas às operações entre Inepar Administração e a Companhia, operações estas sobre as quais, conforme cláusula 2.4 do contrato, não incidem correção. Os saldos e as transações entre as empresas incluídas no processo de consolidação encontram-se devidamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

No processo de revisão dos saldos contábeis registrados na rubrica de partes relacionadas, a Administração identificou que, no exercício de 2017, foram constituídas indevidamente, por erro de interpretação à época, perdas e provisões relacionadas à valores liquidados mediante a utilização de debêntures perpétuas e ações, conforme determina o Plano de Recuperação Judicial para a classe III, emitidas pela Inepar S.A. Indústria e Construções.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referido erro envolveu:

(i) baixa para perdas no montante de R\$ 52.030, referente a valores devidos pela controladora Inepar Administração e Participações S.A.; e

(ii) provisões para perdas constituídas sobre valores devidos pelas recuperandas Sadefem e TT Brasil, nos montantes de R\$ 20.272 e R\$ 2.796, respectivamente.

Tais distorções somente foram identificadas no curso da presente revisão dos saldos.

Os créditos intragrupo relacionados ao Plano de Recuperação Judicial devem ser apresentados em rubrica específica, com a identificação de que se tratam, quando aplicável, de créditos quirografários.

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a critério do Grupo, determinados créditos intragrupo poderiam ser assumidos por outras companhias do Grupo ou compensados, desde que observadas as condições e os limites estabelecidos no referido Plano, não sendo admitida compensação após a reorganização da estrutura de créditos.

Os referidos créditos estão sujeitos às regras de solidariedade entre as recuperandas, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano de Recuperação Judicial.

Dessa forma, os créditos da Inepar S.A., decorrentes da emissão de títulos e valores mobiliários, foram utilizados para a liquidação de obrigações das empresas abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

A cada pagamento efetuado pelas recuperandas com a utilização desses créditos, os respectivos valores foram registrados em contas de mútuos, classificadas no grupo de partes relacionadas.

Posteriormente, em 2017, tais valores foram indevidamente consolidados em uma única conta, o que, para fins de controle, dificultou substancialmente o acompanhamento das operações.

Em setembro de 2025, por solicitação da Administração, foi realizada a reconciliação desses saldos e procedimentos, tendo sido efetuados ajustes contábeis com a reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item 1.2 destas notas explicativas.

Os valores decorrentes da referida revisão foram devidamente registrados no grupo de partes relacionadas.

Após a reconciliação dos saldos, efetuamos a segregação das partes relacionadas da seguinte maneira:

- **Contratos de empréstimos e contas correntes** – registram a movimentação financeira entre as empresas do grupo.
- **Créditos com utilização de valores mobiliários** – referem-se à abertura de contas correntes entre as recuperandas, para fins de satisfação dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, a serem liquidados por meio de valores mobiliários, nos termos da Cláusula 2.1.2 do Plano, que trata da “Unificação do Crédito”.
- **Saldo de empréstimos e contas correntes existentes em 1º de outubro de 2014** – referem-se a valores incorridos anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial. Conforme o item 2.3 do Plano de Recuperação Judicial, é permitido, a critério do Grupo Inepar, que os créditos intragrupo sejam assumidos por outra companhia do Grupo Inepar, nos termos da Cláusula 7.1.1, ou compensados, desde que tal compensação seja realizada antes da reorganização da estrutura de créditos. Em hipótese alguma haverá desembolso de caixa para pagamento de quaisquer créditos intragrupo:
 - (i) antes da satisfação integral de todos os demais créditos sujeitos ao Plano;
 - (ii) antes do decurso do prazo de 20 (vinte) anos, contado da homologação judicial do Plano; e
 - (iii) enquanto não for sanado eventual inadimplemento relacionado aos valores mobiliários emitidos nos termos do Plano.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contratos de AFAC** – referem-se a contratos celebrados anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial.

Os valores devidos à MDC Assessoria Empresarial S.A., em 30 de setembro de 2025, no montante de R\$ 94,3 milhões, referentes a contratos de mútuo, empréstimos e cessão de direitos creditórios, anteriormente classificados nos grupos de Outras Contas a Pagar e de Empréstimos e Financiamentos, foram reclassificados para a rubrica de Partes Relacionadas.

O montante de R\$ 94,3, anteriormente contabilizados nas rubricas abaixo, foram transferidos para a rubrica de Partes Relacionadas.

RUBRICA	VALOR R\$
Outras Contas a Pagar	37.093
Empréstimos e Financiamento	57.258
TOTAL	94.351

Essa reclassificação decorreu da reconciliação contábil integral das operações realizadas com partes relacionadas, no âmbito do processo de revisão dos saldos contábeis.

As informações relativas à remuneração da Administração estão detalhadas na Nota Explicativa nº 34 das demonstrações financeiras.

Abaixo composição dos saldos entre as partes relacionadas:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTROLADORA

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes

Partes relacionadas	Data do contrato	Conta Contábil - Ativo	Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	SALDO EM 31/12/2025		SALDO EM 31/12/2024	
							Ativo não circulante	Passivo não circulante	REAPRESENTADO	
									Ativo não circulante	Passivo não circulante
CBD Administração e Participações S.A	02/01/2025		Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	69.906	3.857	-
Cia Brasileira de Diques S.A	21/06/2024		Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	807	-	4.164
Enisa - Inovação e Infraestrutura S.A	30/11/2021	122036	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	497	-	91	-
IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014		Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	142.476	-	146.607
MDC Assessoria Empresarial S.A	31/12/2024		Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66%	-	255		
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014	122007	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	92.540	-	118.869	-
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014		Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	82	41.480	-	85.318
IESA Tecnologia e Transportes S/A	30/09/2021	122003	Controlada indireta	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	473	-	473	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	11/12/2015		Controlada	Contrato de transferência da participação da Cemmat, para pagamento ao BNDES.	Indeterminado	Não se aplica	-	151.787	-	151.793
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2024		Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	3.671	-	3.693
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014		Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	90.207	-	89.541
Demais Empresas	01/10/2014		Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	-	10.482	-
Subtotal							93.592	500.590	133.772	481.116

02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos

IESA - Óleo & Gás S.A	Conforme Plano de recuperação	122020	Controlada indireta	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	307.430	-	207.650	-
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	122019	Controlada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	126.762	-	78.832	-
IESA Tecnologia e Transportes S/A	Conforme Plano de recuperação	122026	Controlada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	4.054	-	4.054	-
Inepar Administração e Participações S.A	Conforme Plano de recuperação	122025	Acionista Controlador	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	122024	Ligada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	122023	Ligada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	Conforme Plano de recuperação	122037	Controlada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	38.728	-	38.728	-
Subtotal							552.055	-	404.345	-

03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ

IESA - Óleo & Gás S.A	01/10/2014	224059	Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	58.027	-	58.027
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014		Controlada	Debêntures perpétuas-Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	-	1.705	-	1.705
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014	122046	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Inepar Equipamentos e Montagens S.A	01/10/2014		Controlada	Cessão de Títulos Dívida Pública para a compra da participação da CBD	Indeterminado	Não se aplica	-	201.995	-	201.995
Demais Empresas	01/10/2014		Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	10	10	20
Subtotal							2.948	261.737	2.958	261.747

04- Contratos de AFAC

Inepar Innovia Participações S.A	01/10/2014	122107	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	5.400	-	5.400	-
Penta Participações e Investimentos LTDA	01/10/2014	122108	Controlada	Contrato de AFAC	Indeterminado	Não se aplica	9.891	-	9.891	-
Subtotal							15.291	-	15.291	-
TOTAL							663.887	762.327	556.366	742.863

Líquido entre Ativo e Passivo

98.439

186.497

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSOLIDADO

01- Contratos de empréstimos e Contas correntes

Partes relacionadas	Data do contrato		Natureza da relação	Natureza do saldo	Prazo	Taxa de remuneração	SALDO EM 31/12/2025		SALDO EM 31/12/2024	
							Ativo não circulante	Passivo não circulante	REAPRESENTADO	
									Ativo não circulante	Passivo não circulante
Cia Brasileira de Diques S.A	21/06/2024		Ligada	Empréstimo	Indeterminado	CDI + 1,3% am	-	807	-	4.164
CBD Administração e Participações S.A	02/01/2025		Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	1.200			
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014		Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	41.480	-	85.318
Delft Adm e Participações S.A	01/10/2014	224047	ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	7.925	6.065	7.601	-
Inepar Administração e Participações S.A	01/10/2014		Controladora	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	13.173	-	3.774	-
Inepar Innovida Participações S.A	01/10/2014		Controlada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	3.900	5.890	3.900	5.840
MDC Assessoria Empresarial S.A	30/09/2022		Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações tributárias	31/12/2022	CDI + 1,66.%	-	15.210	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	10/03/2023		Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	30/06/2023	CDI + 1,78%		6.452	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	23/03/2023		Ligada	Remessa de numerário para pagamentos de obrigações	31/08/2023	CDI + 1,78%	-	5.344	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	29/12/2022		Ligada	Operação de crédito	Indeterminado	IPCA+1,78%	-	38.504	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	07/12/2022		Ligada	Empréstimo	23/01/2023	CDI + 1,78%	-	22.964	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	15/08/2019		Ligada	Cessão de direitos creditório	24/01/2020	CDI + 2,00%	-	4.312	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	23/12/2019		Ligada	Cessão de direitos creditório	24/11/2020	CDI + 2,00%	-	9.605	-	-
MDC Assessoria Empresarial S.A	31/12/2024		Ligada	Notas de débitos	31/12/2026	CDI + 1,66.%	-	255		
QGI Brasil S.A	31/08/2016		Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	-	28.349	-	28.349
Demais Empresas	Diversas datas		Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	940	48	11.422	62
Sadefem Equip e Montagens S/A	30/04/2025		Ligada	Contas correntes	Indeterminado	Não se aplica	340	-	64	-
							27.478	185.286	26.761	123.733

02- Créditos dos Títulos Imobiliários transferidos

Sadefem Equipamentos e Montagens S/A	Conforme Plano de recuperação	122024	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	20.272	-	20.272	-
TT Brasil Estruturas Metálicas S/A	Conforme Plano de recuperação	122023	Ligada	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	2.796	-	2.796	-
Inepar Administração e Participações S.A	Conforme Plano de recuperação	122025	Controladora	Debêntures perpétuas- Quirografário	Indeterminado	Não se aplica	52.013	-	52.013	-
							75.081	-	75.081	-

03- Saldos dos empréstimos/Contas Correntes em 01/10/2014- antes da RJ

Inepar Administração e Participações S.A	Controladora	122046	Acionista Controlador	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	2.948	-	2.948	-
Demais Empresas	Ligada		Ligada	Conta corrente	Indeterminado	Não se aplica	-	18	-	10
							2.948	18	2.948	10

Líquido entre Ativo e Passivo

105.507	185.305	104.790	123.743
	79.798		18.953

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 – Provisão para Contingências

1-Critérios de reconhecimento e mensuração

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e ou suas controladas têm uma obrigação no presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar tal obrigação e seu valor possa ser estimado de forma confiável, em conformidade com a CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As contingências são avaliadas e classificadas como:

Prováveis: quando a perda é provável, e, portanto, portanto há constituição de provisão;

Possíveis: quando a perda é possível, sem a constituição de provisão, apenas divulgada em nota explicativa;

Remota: quando a perda é considerada remota, não sendo reconhecida nem divulgada.

As provisões são revisadas a cada encerramento de exercício ou período intermediário, considerando a melhor estimativa disponível, com base em pareceres dos assessores jurídicos internos e externos, incluindo atualização monetária e encargos incidentes, quando aplicável.

2-Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingências constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências estão suportadas por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	85.160	73.745	196.508	180.637
Adições	50.157	11.415	111.460	15.871
(-) Baixas	(29.929)	-	(52.325)	-
Saldo Final	105.388	85.160	255.643	196.508

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	1.369	25.868	905	22.004	111.429	77.721	113.965	70.953
Tributárias	335.228	25.179	181.898	35.520	403.998	44.720	276.432	55.876
Cíveis	541.041	54.341	414.352	27.636	517.619	133.202	563.624	69.679
	877.638	105.388	597.155	85.160	1.033.046	255.643	954.021	196.508

RESUMO DA VARIAÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS			
	AUMENTO PROVISÃO	DIMINUIÇÃO PROVISÃO	VARIAÇÃO
CÍVEL	94.964	33.780	61.184
TRABALHISTA	15.277	8.509	6.768
TRIBUTÁRIA	1.219	10.036	(8.817)
TOTAL	111.460	52.325	59.135

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste exercício, as despesas com provisões para contingências estão apresentadas pelo valor líquido. Ver também a Nota 31.

3-Principais processos

a) Contingências trabalhistas:

Refere-se s processos ajuizados por ex-funcionários e terceiros que prestaram serviços, envolvendo principalmente horas extras, adicionais, verbas rescisórias em contratos de empreitadas e fornecimento.

Os valores provisionados decorrem de processos cuja perda foi classificada como provável, com base em pareceres dos assessores jurídicos.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, verificou-se um acréscimo de R\$ 6.768 no saldo da provisão para contingências trabalhistas classificadas como de perda provável. Esse aumento decorre, principalmente, da reclassificação de diversos processos para essa categoria.

Os valores classificados como perdas possíveis apresentaram um acréscimo de R\$ 2.536, decorrente da mudança de classificação de processos judiciais.

Destacamos abaixo os principais processos trabalhistas:

Processo nº	0010629-84.2019.5.15.0079
a Juízo	2ª Vara do Trabalho de Araraquara/SP
b Instância	Extraordinária – TST
c Data de instauração	31.05.2019
d Partes no processo	Sindicato Trab. De Araraquara E Americo Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.000.000,00
f Principais fatos	Multa normativa ao atraso de salário
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: condenação a multa normativa. Acórdão do Recurso Ordinário: Parcialmente procedente para limitar o valor da multa à obrigação principal. Aguardando decisão no Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
h Estágio do processo	Fase de conhecimento/ Recursal
i Chance de perda	Possível
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da aplicação de Multa Normativa (Prevista em Convenção Coletiva de Trabalho)
k Análise do impacto em caso de perda do processo	A Cia no período da ação celebrou acordo com o Sindicato para pagamento e diferimento de saldo salarial, deixando, após o acordo, de aplicar a incidência da multa, não estando o valor contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 0,00

Processo nº	00100669.92.2017.5.01.008
a Juízo	8 Vara do trabalho do Rio de Janeiro
b Instância	Grau Recursal - TST
c Data de Instauração	02/05/2017
d Partes no Processo	Maria Ignes Franco Penna Moreira Iesa Óleo e Gás S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.525.341,12
f Principais fatos	Reconhecimento de vínculo - Pejotização
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Parcialmente procedente, reconhecendo o vínculo.
h Estágio do processo	Suspensão no TST por decisão proferida no STF na Reclamação 83.379 Rio de Janeiro (Tema 1.389/STF)
i Chance de perda	Provável / Alteração para Possível – Diante do Tema 1.389/STF.
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão sobre reconhecimento de vínculo de colaborador Pessoa Jurídica
k Análise do impacto em caso de perda do processo	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
l Valor provisionado	R\$ 5.525.341,12

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº		0010331.52.2015.5.01.0005
a	Juízo	5ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
b	Instância	2ª Instância
c	Data de Instauração	17/03/2015
d	Partes no Processo	Antonio Carlos Pereira Teixeira Iesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.307.145,49
f	Principais fatos	Equiparação salarial; Piso salarial; Paradigma; HE
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Ação parcialmente procedente para reconhecer o vínculo de emprego desde 2004, condenando a reclamada principal (IESA), com responsabilidade subsidiária da Petrobras, ao pagamento de verbas rescisórias e danos morais, observada a prescrição parcial. Acórdão no Recurso Ordinário: negou provimento, mantendo a sentença.
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo que envolve direito a recebimento de valores não reconhecido e não contabilizado.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	
l	Valor provisionado	R\$ 5.307.145,49

4) Contingências tributárias:

Compreendem, basicamente, autuações fiscais de âmbito estadual e federal, bem como pedidos de restituição ou compensação de tributos atualmente em processo de julgamento. De acordo com os consultores fiscais da Companhia, há possibilidade de redução dos valores discutidos em razão da prescrição, conforme a Súmula Vinculante nº 8 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela aplicação da legislação vigente.

Destacamos abaixo os principais processos tributários:

Processo nº		0012505-24.2014.8.26.0037 (0012506-09.2014.8.26.0037 e 0012507-91.2014.8.26.0037) - 1513961-56.2019.8.26.0037 - 1008858-57.2021.8.26.0037 - 1507510-73.2023.8.26.0037
a	Juízo	Vara da Fazenda Pública
b	Instância	Primeira Instância
c	Data de Instauração	11/12/2021
d	Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 78.156.613,41
f	Principais fatos	Trata-se de execução fiscal movida pelo Município de Araraquara, por suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada se enquadram na Lei Complementar nº 116/03, com incidência de ISSQN. Aguardando-se a integral garantia dos autos para posterior oposição de Embargos à Execução, uma vez que a atividade desenvolvida pela Executada consiste na industrialização de matérias-primas fornecidas pelo cliente, operação que gera a incidência de ICMS, e não de ISSQN.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	
h	Estágio do processo	Execução
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº	1510442-44.2017.8.26.0037
a Juízo	Vara da Fazenda Pública
b Instância	Primeira Instância
c Data de Instauração	06/12/2021
d Partes no Processo	Prefeitura do Município de Araraquara lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 493.625,44
f Principais fatos	Trata-se de suposta cobrança de ISSQN sob o fundamento de que os serviços prestados pela Executada enquadram na LC 116/03 incidindo ISSQN. Embargos opostos sob nº 1001929- na industrialização de matérias primas fornecidas pelo cliente, gerando ICMS e não ISS. Aguardando 13.2018.8.26.0037, em razão que a atividade da Executada consiste decisão STJ.
g Resumo das decisões de mérito proferidas	Decisões de mérito proferidas até o momento fundamentam-se no entendimento de que a atividade desenvolvida pela empresa está prevista no item 14.05 da lista de serviços incidindo ISSQN.
h Estágio do processo	Aguardando decisão STJ (RE 882.461/PR- firmou entendimento reconhecendo que a industrialização por encomenda com destinação à comercialização não configura prestação de serviço, excluindo a incidência do ISS)
i Chance de perda	Possível
j Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Discussão acerca da correta incidência de imposto em caso de industrialização.
k Análise do impacto em caso de perda do processo	A empresa entendeu pela incidência de ICMS nos contratos de industrialização, não estando contabilizado, portanto, valores devidos a título de ISSQN.
l Valor provisionado	R\$ 0,00

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, houve redução de R\$ 11.456 nos valores dos processos tributários, decorrente da adesão a parcelamentos ordinários, com reduções nos valores de juros e multas.

Por outro lado, os processos classificados como perdas possíveis apresentaram um acréscimo de R\$ 127.566, em função da mudança de classificação de determinados processos.

5)Contingências cíveis:

As contingências cíveis decorrem, principalmente, de ações indenizatórias, execuções contratuais, cobranças e disputas envolvendo fornecedores, prestadores de serviços e instituições financeiras, relacionadas a obrigações assumidas em exercícios anteriores.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, verificou-se um acréscimo de R\$ 63.523 no saldo da provisão para contingências cíveis classificadas como de perda provável. Esse aumento decorre da mudança de classificação de determinados processos.

Por outro lado, os processos classificados como perdas possíveis apresentaram um acréscimo de R\$ 46.005, também em função da mudança de classificação de determinados processos.

Destacamos abaixo os principais processos cíveis em andamento:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº		1093196-66.2021.8.26.0100
a	Juízo	32ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	30/08/2021
d	Partes no Processo	Fator Seguradora S.A. lesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 54.036.754,02
f	Principais fatos	Ação monitória tem como objeto a cobrança de crédito que a Fator detém contra a lesa e suas fiadoras em razão do pagamento de indenização securitária feito em favor da Andritz Hydro Ltda., atual denominação da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A. ("Andritz" ou "Segurada"), diante dos prejuízos experimentados com o inadimplemento da Ordem de Compra nº Y004 ("Contrato" – doc. 3) e que foi objeto da Ação Judicial nº 1063973-78.2015.8.26.0100, que tramitou perante a 32ª Vara Cível deste Foro Central da Comarca de São Paulo/SP ("Ação de Cobrança").
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Rejeitou os Embargos Monitórios, julgando procedentes os pedidos do Fator.
h	Estágio do processo	Aguardando julgamento da Apelação.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

Processo nº		1056435-80.2014.8.26.0100
a	Juízo	34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP
b	Instância	2ª instâncias
c	Data de Instauração	18/06/2014
d	Partes no Processo	FIDC Polo Recuperação De Crédito – Fundo De Investimentos Np (Petros FIDC) Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 210.086.884,31
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 05.02.2018 com AF e promessa de dação em pagamento do imóvel de Magé. Após transcurso de 03 anos da celebração do acordo com a Petros, a Inepar, por ter cumprido as obrigações de pagamento inicial e liberação do imóvel, notificou o credor para realização da dação em pagamento. A Petros se negou a receber apenas o imóvel, buscando receber o saldo devido em dinheiro. As partes buscaram uma composição, mas sem êxito no resultado. A Petros retomou a execução 1056435-80.2014.8.26.0100 (81% do crédito), pelo valor confessado no momento do acordo, executando saldo elevado de forma extraconcursal. A Inepar tomou as medidas necessárias na execução, tendo sido reconhecido pelo TJ/SP que a extraconcursalidade do crédito é limitada ao imóvel de Magé. Assim, qualquer saldo entendido e reconhecido como devido deve ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Não há provisão de saída em dinheiro.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução. As decisões versam sobre a possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 8.846.916,09 (Saldo contabilizado, mas também coberto pela garantia – imóvel). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processo nº		0024440-33.2002.8.26.00053
a	Juízo	2ª VARA DAFAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	16.12.2017
d	Partes no Processo	Ministério Público De São Paulo Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 38.727.529,57
f	Principais fatos	Trata-se de ação questionando a execução contratual de avença firmada entre a Inepar e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM -, sob o registro n. 703660102400. Alega que teria sido praticado preço "superfaturado" no referido contrato, uma vez que, supostamente, a Inepar teria subcontratado parcelas significativas do escopo contratual original, remunerando-se as empresas subcontratadas com valores significativamente abaixo daquele cobrado no contrato principal.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença ; julgamento de procedência.
h	Estágio do processo	Em sede de Apelação
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

Processo nº		0168247-72.2019.8.19.0001
a	Juízo	8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	12/07/2019
d	Partes no Processo	Docas Investimentos Ltda Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 37.324.125,55
f	Principais fatos	A empresa Docas pleiteia a cobrança do saldo dos créditos decorrentes das notas fiscais emitidas em razão das medições realizadas entre setembro/2014 e maio/2015, deduzindo-se o montante anteriormente levantado pela Inepar.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de Embargos à Execução.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	0742709-34.2023.8.07.0001
a	Juízo	13ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO- SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	16/10/2023
d	Partes no Processo	Fernandes & Silva Sociedade De Advogados Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 166.795.325,71
f	Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada por Fernandes & Silva Sociedade de Advogados, visando à cobrança do montante de R\$ 163.165.668,86, sob a alegação de ser credora da referida quantia, sendo que R\$ 78.965.668,86 já estariam vencidos e exigíveis, enquanto o valor remanescente seria devido e venceria no curso do processo.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Em sede de embargos monitórias.
i	Chance de perda	Possível
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação possível)

	Processo nº	1058554-14.2014.8.26.0100
a	Juízo	35ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL – SP
b	Instância	1ª instância
c	Data de Instauração	25/06/2014
d	Partes no Processo	BRL Trust Distribuidora De Títulos e Valores Mobiliários Inepar S.A. Indústria e Construções.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 459.152.172,00
f	Principais fatos	Acordo celebrado em 31.03.2021 foi declarado rescindido pelo credor. Acordo com AF de Cotas do FIDIC Taranis. O credor executou saldo confessado no Acordo atualizado, requerendo liquidação das cotas do FIDIC Taranis e penhoras sobre outros ativos. Inepar tomou as medidas na execução para extinção da execução no valor pretendido diante da concursabilidade do crédito pelo fato gerador, sendo que a extraconcursabilidade é limitada à garantia outorgada, podendo apenas esta ser objeto de execução e excussão, sendo que eventual saldo apurado somente poderá ser pago com as limitações legais da Lei 11.101/2005 e na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial para os credores quirografários. Ainda não houve decisão de primeira instância.
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Sem decisão de mérito após retomada da execução.
h	Estágio do processo	Em fase de execução. Levadas em juízo teses de possibilidade do prosseguimento da execução e natureza do crédito.
i	Chance de perda	Provável
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Por ter como objeto saldo não reconhecido pela Cia e que, se reconhecido, deve ser pago nos termos do Plano de RJ.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	Acréscimo do passivo a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 282.016.685,89 (Valor contabilizado). Se confirmada a obrigação de pagamento de saldo pela Cia que sobejar o valor garantido pelo imóvel, este saldo deverá ser apurado para pagamento na forma prevista no Plano de RJ (com valores mobiliários) e com as limitações de atualização e encargos imposta pela Lei 11.101/2005 e pelo Plano de RJ.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Processo nº	5017254-05.2017.4.04.7000
a	Juízo	Juízo Federal da 11ª VF de Curitiba
b	Instância	2ª instância
c	Data de Instauração	25/04/2017
d	Partes no Processo	Uniao Federal lesa Óleo e Gás S.A.
e	Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.098.273.333,12 (valor considerando todas as rés)
f	Principais fatos	Ação civil pública de improbidade com vistas à condenação de várias rés (pessoas físicas e jurídicas) nas sanções da lei de improbidade administrativa referente à contratos firmados entre Petrobras e Odebrecht no âmbito da operação
g	Resumo das decisões de mérito proferidas	Pendente.
h	Estágio do processo	Instrução.
i	Chance de perda	Remota
j	Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo é relevante por trazer a possibilidade de imputação à Cia de obrigação não reconhecida e, portanto, não contabilizada.
k	Análise do impacto em caso de perda do processo	O impacto é o acréscimo do valor do débito no passivo da Cia, a ser pago nos termos do Plano de RJ – valores mobiliários – classe quirografária.
l	Valor provisionado	R\$ 0,00 (pela classificação remota)

a) Contingências Ativas

A companhia possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito de julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Dessa forma, esses valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informa o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média consegue êxito de até 55% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

CLAIMS FORA DA CARTEIRA DO FIDC TARANIS - 31/12/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	458		
Valor atualizado dos claims	3.153		
Provável recebimento	1.586	1.130	71%
Possível recebimento	941	539	57%
Remoto recebimento	626	134	21%
TOTAL	3.153	1.803	57%

A classificação entre, provável, possível ou remota decorre dos relatórios mensais emitidos pelos advogados patronos dos processos judiciais. Os valores atribuídos resultam tanto da média histórica de êxitos dos pleitos quanto da análise da probabilidade de celebração de acordos administrativos, totalizando um valor de expectativa de R\$ 1.803 de recuperação.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

FIDC Taranis

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos pela legislação vigente.

Por ocasião de sua constituição, as Companhias realizaram aportes de claims no montante de R\$ 619,1 milhões, por meio da cessão de créditos oriundos de processos judiciais em andamento, cujo valor totaliza atualmente cerca de R\$ 1,6 bilhão. A eficácia na monetização desses ativos é historicamente comprovada, situando-se em patamar superior a 60%. Empresas especializadas avaliaram tais créditos pelo valor de face, aplicando desconto superior a 40%, em razão de possíveis insucessos nas demandas judiciais.

A expectativa de monetização é da ordem de R\$ 914 milhões, ao longo dos próximos anos, representando um índice de recuperação de 52%, dentro dos padrões historicamente já praticados pela Companhia.

Se considerarmos somente os valores apontados como PROVÁVEIS e POSSÍVEIS, a expectativa de recebimento passa para 44%, no valor de R\$ 769 milhões, portanto abaixo da média histórica alcançada pela Companhia.

FIDC TARANIS - 31/12/2025			
DESCRIÇÃO	VALOR DAS AÇÕES em R\$ mil	PREVISÃO DE RECEBIMENTO em R\$ mil	% DE SUCESSO
Valor histórico dos claims	225		
Valor quando da constituição	880		
Valor atualizado dos claims	1.742		
Provável recebimento	547	448	82%
Possível recebimento	615	321	52%
Remoto recebimento	580	145	25%
TOTAL	1.742	914	52%

Nota 23 - Provisão para Passivo a Descoberto

O saldo da rubrica de provisão para passivo a descoberto totaliza R\$ 1.027.605, em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 796.917, em 31 de dezembro de 2024, correspondendo aos valores das controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. e Inepar Innovida Participações S.A.

No consolidado, o valor apurado é de R\$ 15.549, em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 12.911, em 31 de dezembro de 2024, correspondentes às empresas que não são consolidadas nas demonstrações da controlada IESA Óleo & Gás S.A., uma vez que esta não detém participação significativa nem exerce poder de controle sobre tais sociedades.

Um passivo a descoberto ocorre quando o total das obrigações (passivos) de uma entidade supera o total de seus bens e direitos (ativos), resultando em patrimônio líquido negativo. Nessa situação, os recursos disponíveis não são suficientes para a liquidação integral das dívidas, sendo a diferença — a situação líquida negativa — reconhecida como passivo a descoberto.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A	1.017.981	787.328	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.495	9.460	-	-
Outras empresas	129	129	15.549	12.911
	1.027.605	796.917	15.549	12.911
Não circulante	1.027.605	796.917	15.549	12.911

Nota 24 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	6.129
Obrigações imóvel Macaé (a)	-	3.000	-	3.000
CVM - Comissão de Valores Mobiliários (b)	1.797	1.510	2.450	2.791
Honorários advocatícios	3.562	2.563	3.655	2.563
Outras contas a pagar (c)	10.008	43.441	28.110	177.394
Repasses a terceiros (d)	33.662	16.909	33.662	16.909
Provisões diversas obrigações a pagar	3.438	5.702	4.094	7.956
Swiss Re (e)	-	22.906	-	22.906
	52.467	96.031	71.971	239.648
Circulante	51.233	96.031	69.228	238.216
Não circulante	1.234	-	2.743	1.432

- a) Refere-se à baixa da provisão relacionada a despesas não incorridas referentes ao imóvel localizado em Magé
- b) Refere-se as dívidas com a Comissão de Valores Mobiliários, já devidamente parceladas.
- c) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações financeiras extraconcursais constituídas para atender ao acordo do Plano de Recuperação Judicial, bem como para atender as necessidades de capital de giro da Companhia. A redução se deve a liquidação parcial dessas obrigações. Nesse exercício, efetuamos a reclassificação no valor de R\$ 37,1 milhões devidos para a MDC, para o grupo de partes relacionadas.
- d) Refere-se a repasses devidos à terceiros, por conta do fornecimento do Metrô-SP, que se encontram em discussão judicial.
- e) No 2º trimestre de 2025, a Companhia concluiu novo acordo com o objetivo de pôr fim, de forma definitiva, à controvérsia existente, por meio do qual foram liberados os depósitos judiciais, em razão do reconhecimento da concursalidade do passivo com a Swiss Re, estabelecendo-se a forma de liquidação mediante o 4º lançamento dos valores mobiliários.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O passivo com a Swiss Re foi liquidado contabilmente em julho de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, apresentava saldo de R\$ 22.906, posteriormente reclassificado para o grupo de Fornecedores no balanço de 30 de junho de 2025.

Nota 25 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores em geral(a)	19.405	26.188	43.936	60.231
	19.405	26.188	43.936	60.231
Circulante	19.405	26.188	43.936	60.231

a) O saldo de fornecedores em geral apresentou redução significativa, em razão da liquidação de passivos mediante a utilização dos recursos provenientes da venda da participação no Fundo Inhaúma, da celebração de acordos com o Metrô - SP e da liberação de depósitos judiciais.

A redução ocorreu, também, em virtude da utilização do 4º lançamento de valores mobiliários, com a emissão de debêntures perpétuas, conforme deliberado na Ata da 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, em conformidade com o previsto no Plano de Recuperação Judicial.

Nota 26 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social:

O capital social integralizado é de R\$ 576.172, representado por 36.324.303 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem prioridade na distribuição de dividendos, que devem ser, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01.

O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição obrigatória de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, a Companhia efetuou o agrupamento de suas ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, sem modificação no valor total do capital social.

Posteriormente, em conformidade com a 95ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizado o aumento do capital social no montante de R\$ 5.124, mediante emissão particular de 289.642 ações ordinárias.

Do total subscrito, R\$ 999 mil foram destinados à conta de capital social e R\$ 4.125 à formação de reserva de capital, em conformidade com o disposto no art. 182, §1º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76.

Conforme Ata da 394ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 30 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 571.963 para R\$ 576.172. Em decorrência desse aumento, o capital passou a ser representado por 48.951.535 ações, sendo 12.627.232 ações preferenciais e 36.324.303 ações ordinárias.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049, e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024, foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias, sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios - É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda, e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A; com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados, ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 13ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 391.162, e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão, e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00 (um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão, e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550, e valor unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para 10ª emissão e de R\$ 6.507 para 11ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme deliberado na 95ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de maio de 2024, foi autorizada a 12ª emissão de 192.653.942 debêntures perpétuas, conversíveis em ações, da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, destinadas à colocação privada, no montante de R\$ 192.653.942, ao valor unitário de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ 1,00 (um real). Na mesma oportunidade, foi igualmente aprovada a 13ª emissão de 1.248.430 debêntures, também para colocação privada, no montante de R\$ 1.248.430, ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real).

Conversões realizadas das debêntures perpétuas em ações:

Ata do Conselho de Administração n°	Valor R\$	Emissão das debêntures perpétuas
337 de 25/10/2018	937	6ª emissão
338 de 18/10/2018	74	6ª emissão
341 de 15/02/2019	84	6ª emissão
342 de 28/03/2019	453	6ª/7ª/8ª e 9ª emissão
344 de 01/07/2019	472	6ª/8ª e 9ª emissão
347 de 31/01/2020	2.625	6ª emissão
348 de 03/07/2020	13.986	10ª e 11ª emissão
351 de 13/11/2020	116	6ª e 7ª emissão
353 de 13/11/2020	473	6ª/8ª e 10ª emissão
354 de 07/05/2021	2.957	6ª/7ª/8ª/9ª e 10ª emissão
360 de 29/10/2021	4.888	1ª a 10ª emissão
363 de 11/01/2022	26.296	1ª a 10ª emissão
367 de 27/05/2022	12.214	6ª/7ª e 10ª emissão
369 de 27/09/2022	12.640	6ª/8ª e 10ª emissão
371 de 14/12/2022	6.778	6ª/8ª e 10ª emissão
373 de 30/03/2023	1.336	6ª/8ª e 10ª emissão
377 de 25/07/2023	29.663	6ª a 11ª emissão
379 de 20/09/2023	508	8ª/10ª e 11ª emissão
381 de 17/11/2023	15.655	6ª e 10ª emissão
383 de 26/02/2024	1,3	6ª emissão
386 de 04/04/2024	61	6ª emissão
392 de 20/08/2025	28.276	6ª/10ª/12ª e 13ª emissão

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos, efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia, e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e/ ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 364. Esses créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores, que estão sendo discutidos com os credores. Os valores, nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 835.711, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 797.165, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª, 11ª e 13ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras dessas emissões. Esses ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da Companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

f) Continuidade das Operações

No curto prazo, a Companhia concentra seus esforços na recomposição da carteira de pedidos, na retomada das relações comerciais com a Petrobras e com o Setor de Energia, bem como na reativação do segmento metroferroviário. Paralelamente, busca concluir a alienação das UPI's IPM e IOG, renegociar dívidas com credores e com o BNDES, além de monetizar ativos judicializados e não judicializados. Complementarmente, promove estudos para a instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Araraquara, com o objetivo de ampliar a competitividade e atrair novos investimentos.

Nota 27 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(142.021)	(71.700)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(371.404)	(165.073)
	<u>(513.425)</u>	<u>(236.773)</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	36.324.303	31.978.720
Total	<u>48.951.535</u>	<u>44.605.952</u>
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(11.247,17)	(5.678,18)
Ação ordinária	(10.224,70)	(5.161,98)

Conforme Aviso aos Acionistas datado de 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o desdobramento das ações de sua emissão, na proporção de 1 (uma) ação ordinária e/ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Posteriormente, conforme Aviso aos Acionistas emitido em 15 de maio de 2023, foi realizado o agrupamento das ações na proporção de 5 (cinco) ações antigas para 1 (uma) nova ação da mesma espécie e classe, igualmente sem modificação no montante do capital social.

Nos termos do Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são conversíveis em ações e farão jus à remuneração equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da emissora, em conformidade com o disposto no art. 191 da Lei nº 6.404/1976.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 28- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	7.959	5.754
(-) Impostos sobre as Vendas	(1.456)	(1.352)
Receita de Vendas	6.503	4.402

No exercício, a Companhia apresentou acréscimo no faturamento de produtos e serviços em comparação ao mesmo período findo em 31 de dezembro de 2024, reflexo, principalmente, do reconhecimento da receita do contrato firmado com a NUCLEP, apurada pelo método dos custos incorridos e reconhecida pela controlada ENISA.

O reconhecimento da receita de contratos de longo prazo é efetuado com base no método dos custos incorridos, que reflete a mensuração do progresso na execução dos contratos em relação ao total estimado dos custos de cada projeto. Esse método representa, de forma adequada, o progresso na execução das obrigações de desempenho assumidas contratualmente.

Nota 29 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições (a)	(30.850)	(28.754)	(50.201)	(48.282)
Atualização de passivos financeiros (b)	(46.958)	(49.601)	(161.862)	(92.623)
Atualização de acordos trabalhistas (c)	-	-	(3.592)	-
Outras despesas financeiras	(9.922)	(8.284)	(7.272)	(9.109)
Total	(87.730)	(86.639)	(222.927)	(150.014)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	2	-	31
Atualização de depósitos judiciais Swiss Re e Metrô (d)	-	-	12.054	-
Receitas sobre os ativos que compuseram acordo Metrô (e)	-	-	9.433	-
Descontos obtidos (f)	-	-	4.273	-
Atualização de créditos fiscais (g)	-	-	8.386	-
Outras receitas financeiras (h)	22.987	29	70.449	2.110
Variações cambiais ativas	-	101	-	103
Total	22.987	132	104.595	2.244

- a) Os saldos de juros sobre impostos e contribuições apresentaram acréscimo em relação ao mesmo período de 2024, em decorrência das atualizações dos parcelamentos de tributos federais, estaduais e municipais.
- b) As atualizações de passivos também registraram aumento em comparação ao exercício anterior, em função tanto de passivos já negociados e pagos, quanto daqueles que permanecem em discussão judicial, destacando-se entre eles o contrato com o BNDES, os credores das debêntures da 5ª emissão, além de outros passivos financeiros.

Nesse exercício, efetuamos a atualização dos passivos bancários, onde conseguimos êxito nas negociações para pagamentos em debêntures perpétuas, destacando principalmente a liquidação do

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

processo mantido com o Banco BIC, atualmente denominado CCB – China Construction Bank, cujos créditos foram cedidos pelo Banco a terceiros e, posteriormente, negociados para pagamento através de debêntures perpétuas do 4º lançamento de valores mobiliários no âmbito do Plano de Recuperação Judicial.

Essa renegociação da dívida considerou a atualização do valor do acordo formalizado por meio do Instrumento Particular de e Outras Avenças, assinado em 09 de junho de 2025, o qual resultou em uma correção financeira complementar de R\$ 43 milhões, na controlada IESA Óleo & Gás, bem como destacamos que foi obtido um deságio de R\$ 30,5 milhões.

- c) Juros, multas e atualizações financeiras das verbas e acordos trabalhistas realizados nesse exercício;
- d) Rendimentos sobre montantes retidos em garantia, com ênfase nos processos vinculados aos acordos com a Swiss Re e o Metrô-SP;
- e) Valores recebidos através de acordos realizados com o Metrô-SP;
- f) Ganhos financeiros decorrentes de abatimentos em renegociações de passivos;
- g) Atualizações de créditos fiscais e tributários de titularidades da Companhia;
- h) Atualização monetária sobre créditos judiciais monetizados ou utilizados como dação em pagamentos para a liquidação de obrigações.

Nota 30 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(251)	(161)	-	(279)
Despesas tributárias (a)	(7.543)	(134)	(16.737)	(9.179)
Despesas com FIDC Taranis (b)	(10.262)	-	(10.262)	-
Outras despesas Operacionais (k)	(41.799)	(12.498)	(102.745)	(27.061)
Processos trabalhistas (c)	(3.628)	-	(8.558)	-
Acordos judiciais (d)	(27.551)	-	(32.815)	-
Perdas em processos	(3.604)	-	-	-
Estorno de dividendos a receber (e)	-	-	(14.796)	-
Ociosidade (f)	-	-	-	(5.053)
Estorno de claims contingentes (g)	(48.496)	-	(133.999)	-
Custo de Venda de Ativos (h)	-	-	(389.715)	-
Total das despesas operacionais	(143.134)	(12.793)	(709.627)	(41.572)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas (i)	24.847	13.732	44.961	27.159
Receitas pela baixa dos adiantamentos de clientes (j)	-	-	27.739	-
Recuperação Despesas	9.555	334	18.109	2.505
Receitas de aluguel	1.641	813	4.468	2.887
Outras receitas	502	-	2.036	-
Receita de venda de Ativos (h)	-	-	352.564	-
Total das receitas operacionais	36.545	14.879	449.877	32.551
	(106.589)	2.086	(259.750)	(9.021)

- a) Outras despesas tributárias referem-se aos registros de impostos parcelados, relacionados a processos judiciais em andamento da empresa.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) O valor registrado na rubrica e refere-se as despesas incorridas no FIDC – Taranis, relativas aos prestadores de serviços;
- c) Refere-se a diversos processos trabalhistas nos quais a empresa celebrou acordos para liquidação dos passivos, destacando-se o pagamento do processo nº 1356100-16.2002.5.09.0008, no montante de R\$ 1 milhão, cujo valor já estava provisionado e teve sua reversão contabilizada.
- d) Refere-se a dívida da Swiss-RE, cuja liquidação ocorreu por meio do pagamento em debêntures perpétuas da classe III - quirografários no montante aproximado de R\$ 35.000, além do pagamento, em espécie, de honorários advocatícios aos representantes legais da Swiss-RE no montante de R\$ 5.500. No trimestre, o total das despesas contabilizadas foi de R\$ 17.594, também foram efetuados pagamentos para o encerramento de processos movidos pelo Escritório de Advocacia Emsenhuber.
- e) O valor se refere a baixa por impairment dos dividendos pela QGI INC, por falta de evidências de realização;
- f) Ociosidade refere-se aos custos de produção, diretos e indiretos, não absorvidos pela fábrica em razão da reduzida quantidade de projetos contratados.
- g) Estorno dos créditos de “claims” em razão da ausência de expectativa concreta de realização, uma vez que se trata de ativos judicializados, no montante de R\$133.999, conforme nota explicativa nº 06.
- h) O custo de venda de ativos refere-se, principalmente, às despesas relacionadas à alienação da participação acionária no Fundo Inhaúma, realizada pela controlada CBD Participações, no montante de R\$ 348 milhões, incluindo a baixa do ágio apurado por ocasião da aquisição da participação no Estaleiro. Adicionalmente, foi registrada a valorização das cotas do referido fundo, no valor de R\$ 4.5 milhões, perfazendo o total da alienação em R\$ 352,5 milhões. A operação de alienação resultou em perda líquida de R\$ 37 milhões, devidamente reconhecida no resultado do exercício.

Os recursos obtidos com a alienação da participação nas cotas do Fundo Inhaúma foram destinados à liquidação de dívidas trabalhistas, tributárias, financeiras e com prestadores de serviços.

O resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma está assim demonstrado:

Montante líquido da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	348.074
Montante da valorização das cotas do Fundo Inhaúma	4.490
Total da receita	352.564
Baixa do ágio no investimento	(379.820)
Baixa do investimento	(9.895)
Total do custo	(389.715)
Resultado da alienação das cotas do Fundo Inhaúma	(37.151)

- i) Decorreram, principalmente, de acordos firmados em processos trabalhistas, que resultaram em reduções significativas, cujos pagamentos foram efetuados com recursos provenientes da alienação da participação acionária nas cotas do Fundo Inhaúma, bem como da reversão das provisões de passivos liquidados nesse exercício com debêntures da 4ª emissão, Efetuamos, também, a reversão de provisões constituídas para TT Brasil e Sadebem, referentes aos valores das debêntures e ações, de propriedade da Inepar S/A., utilizados para a liquidação de passivos concursais, nos valores de R\$ 2.796 e R\$ 20.272, respectivamente.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, foram revertidas provisões relacionadas a processos já concluídos, incluindo valores referentes ao Escritório de Advocacia Emsenhuber, bem como impostos (ISS) anteriormente provisionados e quitados em decorrência do acordo celebrado entre a Inepar e o Metrô - SP.

- j) Decorreram das contabilizações de adiantamentos que estavam pendentes, cujos clientes não reivindicaram os respectivos pagamentos. Parte desses adiantamentos foram utilizados para liquidar valores registrados em contas a receber, e o saldo remanescente foi contabilizado em receitas.
- k) Decorrem de montantes contabilizados em despesas operacionais, tendo em vista as liquidações com debêntures do 4º lançamento de valores mobiliários. Esses valores estavam contabilizados em contas de provisões e foram revertidas em contas de resultado.

Nota 31 – Provisões para Contingências – Efeitos no Resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	3.864	2.746	6.768	5.392
Tributárias	(8.001)	455	(8.817)	4.423
Cíveis	24.365	13.052	61.184	19.608
Outras	-	1.332	-	-
Reversões	-	-	-	(8.611)
	20.228	17.585	59.135	20.812

Referem-se aos efeitos ocorridos no resultado do exercício, relativo as provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas são reconhecidas com base na avaliação da Administração, fundamentada nas análises e estimativas elaboradas pelos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. Tais provisões são constituídas sempre que a perda é considerada provável e o valor pode ser estimado com razoável segurança, sendo revisadas periodicamente de acordo com a evolução dos processos judiciais e administrativos.

Nota 32 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Processos Trabalhistas	2.893	2.901	8.179	13.110
Processos Cíveis	1.056	53.283	8.920	62.322
Processos Tributários	1.850	1.234	2.275	1.654
	5.799	57.418	19.374	77.086

a) Os processos trabalhistas apresentavam, em 31 de dezembro de 2025, saldo no consolidado de R\$ 8.179, enquanto, em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R\$ 13.110. Estão incluídos nesses montantes os recursos depositados em juízo referentes a processos trabalhistas em andamento. A redução verificada no exercício decorre, principalmente, das baixas realizadas para a liquidação de processos já encerrados, cuja contrapartida está refletida na rubrica de rescisões a pagar.

b) Os processos cíveis apresentavam, em 31 de dezembro de 2025, saldo no consolidado de R\$ 8.920, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 62.322. Essa variação decorre, principalmente, dos levantamentos dos recursos depositados em juízo referentes aos processos relacionados ao acordo firmado com o Metrô-SP, denominado “Subestação”, bem como de outros depósitos vinculados a recursos judiciais, além do levantamento dos depósitos relacionados ao processo com a Swiss Re.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Processos tributários apresentavam, em 31 de dezembro de 2025, saldo no consolidado de R\$ 2.275, enquanto em 31 de dezembro de 2024 o saldo era de R\$ 1.654. O acréscimo verificado decorre do bloqueio determinado no processo da Receita Federal nº 5018379-95.2023.4.04.7000.

Nota 33 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A companhia mantém seguro das áreas comuns das instalações, que cobre eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do condomínio.

Nota 34 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	1.603	1.727	11.007	11.384
Gastos Previdenciários	603	625	2.899	2.398
Total	2.206	2.352	13.906	13.782

Nota 35 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração de Conselheiros	560	274	633	734
Remuneração de Diretores	792	786	3.919	3.227
Total	1.352	1.060	4.552	3.961

Nota 36 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Serviços industriais	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta total	7.959	5.754
Impostos/Deduções	(1.456)	(1.352)
Custos dos Produtos e Serviços	(9.705)	(6.515)
Total	(3.202)	(2.113)

Nos custos incorridos neste exercício estão incluídos, também, os gastos complementares dos consórcios de projetos já encerrados, no montante de R\$ 415 mil, bem como os custos dos serviços executados para terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa Inovação e Infraestrutura S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste exercício, realizamos o reconhecimento parcial da receita do contrato de prestação de serviços com a Nuclep, no montante de R\$ 1.743.

Nota 37 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes


- a) A Administração da Companhia encontra-se em fase de busca por parceiros comerciais com o objetivo de implementar as operações abaixo especificadas. Essas medidas visam assegurar a continuidade da Empresa, mediante a geração de fluxo de caixa positivo, de forma a atender às obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como às obrigações extraconcursais e operacionais correntes.
- b) Alienação da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;
- c) Dação em pagamento, para instituições financeiras do imóvel situado no município de Magé;
- d) A Companhia mantém um programa contínuo de redução de custos operacionais, com o objetivo de adequar as despesas à nova realidade econômica da conjuntura atual.
- e) Intensificação das atividades na área comercial, com a conquista de clientes e mercados adicionais, além do foco total nos mercados core.
- f) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos em novos projetos, bem como à retomada das atividades.
- g) Continuidade da monetização de ativos financeiros, com o objetivo de ampliar a captação de recursos.

Nota 38 - Eventos Subsequentes

A Administração declara que não tem conhecimento de eventos subsequentes relevantes ocorridos após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras.

DIRETORIA EXECUTIVA:

DIRETORIA EXECUTIVA:

 Documento assinado digitalmente
ANTONIO AUGUSTO PIRES JUNIOR
Data: 08/04/2026 18:56:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antonio Augusto Pires Junior – Diretor Presidente

IRAJA GALLIANO
ANDRADE:13947893949

Assinado de forma digital por IRAJA
GALLIANO ANDRADE:13947893949
Dados: 2026.04.08 18:04:57 -03'00'

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

MANACESAR LOPES
DOS
SANTOS:74743902991

Assinado de forma digital por
MANACESAR LOPES DOS
SANTOS:74743902991
Dados: 2026.04.08 19:16:03 -03'00'

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Rodolfo Andriani

André de Oms

Augusto Araújo de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

Antônio Augusto Pires Junior

Christian De Lima Ramos

José Ivan Freo

Luciano Boudjoukian França

JAIR

MALPICA:66758378853

Assinado de forma digital por JAIR

MALPICA:66758378853

Dados: 2026.04.08 18:01:47 -03'00'

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo de auditoria

a) Confirmações externas

A Companhia realizou os procedimentos de confirmações externas de saldos junto às referidas instituições financeiras, contudo não foram recebidas a totalidade das respostas. Os empréstimos e financiamentos bancários estão provisionados e sujeitos a negociações e atualizações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, encerradas em 31 de dezembro de 2025 não contemplam quaisquer ajustes decorrentes dessas negociações com as instituições financeiras, os quais serão conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações alinhadas com o andamento da recuperação judicial, assim como não foi possível confirmar a totalidade dos saldos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativos às instituições financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Investimentos em controladas/coligadas/consórcios/fundos

As demonstrações financeiras auditadas das sociedades investidas e consórcios da IESA Óleo e Gás S.A. – Em Recuperação Judicial (QUIP S.A., QGI INC, Quebec e QGI Brasil e os consórcios UPGN Comperj, Consórcio QGGI-HDT Comperj, Consórcio QI-Reduc Plangás e Consórcio Caraguatubá-UTGCA), da investida da CBD – Administração e Participações S.A. (Cia Brasileira de Diques) e da investida da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial (FIDC Taranis), tomadas para avaliação dos investimentos, conforme descrito na nota explicativa "11", sendo que tais companhias não apresentaram as respectivas demonstrações financeiras auditadas até a presente data, o que nos impede de revisar tais operações, bem como opinar sobre sua adequação e eventuais reflexos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras consolidadas apresentam resultado negativo de R\$ 513.425 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 770.827 mil. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reapresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 – Partes Relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “1.2”, a administração da companhia revisitou os saldos relativos às operações com Partes Relacionadas no 3º trimestre de 2025 e, como consequência, foram identificadas baixas e provisões para perdas realizadas indevidamente no exercício de 2017, no montante de R\$ 75.081 mil, ocasionando, dessa forma, a reapresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, nos termos dispostos da NBCTG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros (IAS 8). Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023 foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado, conforme mencionado na nota explicativa “16”.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na elaboração de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, dessa forma, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adicionalmente, aos assuntos descritos nos parágrafos de modificação de opinião e ênfase, acima mencionados, entendemos que os assuntos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

a) Impairment dos ativos Imobilizado e Intangível

A companhia possui registrados nas rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível os montantes de R\$ 113.686 mil e R\$ 11.696 mil, respectivamente em seu consolidado. Os sucessivos prejuízos operacionais apurados pela Companhia indicam a possível necessidade de *impairment* desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Analisamos os laudos de avaliação contratados pela administração da Companhia e buscamos entendimento dos registros contábeis comparando o valor dos bens do ativo imobilizado com a recuperabilidade do valor apurado. Em nossas análises identificamos que os laudos de avaliação contratados pela Companhia estão consistentes com as práticas de mercado.

b) Débitos Tributários

A companhia mantém débitos tributários reconhecidos da PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional além de outros órgãos municipais e estaduais, porém, na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com isso, os parcelamentos existentes foram transferidos para esse novo Termo de Transação Individual, conforme detalhamento na nota explicativa “16”.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Com base no termo de transação individual assinado entre PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, revisamos os valores gerais dessa operação, as respectivas reduções de juros e multas, os respectivos controles internos e os registros contábeis dos valores envolvidos, tanto dos valores dos parcelamentos como do reconhecimento dos prejuízos fiscais e sua compensação dos valores envolvidos. Referida transação gerou um ganho significativo para a companhia, sendo que nossos trabalhos revelaram que as condições, premissas e atualizações utilizadas estão consistentes com as práticas de mercado e contábil.

c) Contingências

A Companhia está envolvida em diversas demandas perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. A atual situação financeira da Companhia somada ao grau significativo de imprecisão inerente às estimativas e ao julgamento por parte da administração faz das contingências um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Foram enviadas cartas de circularização aos assessores jurídicos da Companhia, as quais analisamos todas as respostas recebidas do departamento jurídico interno e de terceiros contratados, avaliando as premissas utilizadas para a constituição da provisão para contingências, bem como quanto as divulgações necessárias. Nossas análises revelaram que as premissas utilizadas estão consistentes com a prática de mercado e contábil aceitas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e considerada informação suplementar pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independências, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que, foram considerados como mais significativos da auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 19 de março de 2026.

GEORGE

ANGNES:68097760959

Assinado de forma digital por
GEORGE ANGNES:68097760959
Dados: 2026.04.02 16:44:00 -03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 006.472/O-1

GEORGE ANGNES

Contador CRC-PR nº 042.667/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (i) “Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS em 31 de dezembro de 2025”; (ii) Demonstrações Contábeis - compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025; e (iii) Proposta da Administração para Destinação do Resultado Apurado referente ao exercício social findo em 31 de dezembro 2025.

Com base nos exames efetuados, considerando ainda, o relatório dos auditores independentes Müller & Prei Auditores Independentes S/S, datado de 31 de março de 2026, os membros deste conselho, **com exceção das ressalvas, limitações de escopo de auditoria, ênfases e principais assuntos de auditoria, e, considerando ainda, nossos apontamentos e recomendações registradas em atas de reuniões deste órgão de fiscalização, resultantes de análises realizadas, informações, documentos e esclarecimentos recebidos dos administradores da Companhia**, opinam, por unanimidade de votos, que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação e deliberação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da **Inepar S.A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial**.

Curitiba (PR), 09 de abril de 2026.

Conselheiros Fiscais:

LUIZ FELIPE DE
ARAUJO PONTES
GIRAO:0853295743
9

Assinado digitalmente por LUIZ FELIPE DE
ARAUJO PONTES GIRAO:08532957439
ND: C=BR, CN=LUIZ FELIPE DE ARAUJO
PONTES GIRAO:08532957439, O=ICP-Brasil,
OU=AC-Singular/ID Múltipla
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.09 14:14:37-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

GERSON LUIS
CASARA:5721
9494904

Assinado de forma
digital por GERSON LUIS
CASARA:57219494904
Dados: 2026.04.09
14:32:30 -03'00'

Luiz Felipe de Araújo Pontes Girão

Gerson Luis Casara



Documento assinado digitalmente
LUIZ OTAVIO NUNES WEST
Data: 09/04/2026 15:00:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luiz Otavio Nunes West

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 31 de Março de 2026.

IRAJA GALLIANO

ANDRADE:13947893949

Assinado de forma digital por
IRAJA GALLIANO
ANDRADE:13947893949
Dados: 2026.04.08 18:18:56 -03'00'

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

MANACESAR

LOPES DOS

SANTOS:74743902

991

Assinado de forma digital por
MANACESAR LOPES DOS
SANTOS:74743902991
Dados: 2026.04.08 19:16:33 -03'00'

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 31 de Março de 2026.

IRAJA GALLIANO
ANDRADE:13947893949

Assinado de forma digital por IRAJA
GALLIANO ANDRADE:13947893949
Dados: 2026.04.08 18:19:37 -03'00'

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

MANACESAR LOPES
DOS
SANTOS:74743902991

Assinado de forma digital por
MANACESAR LOPES DOS
SANTOS:74743902991
Dados: 2026.04.08 19:16:48
-03'00'

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores